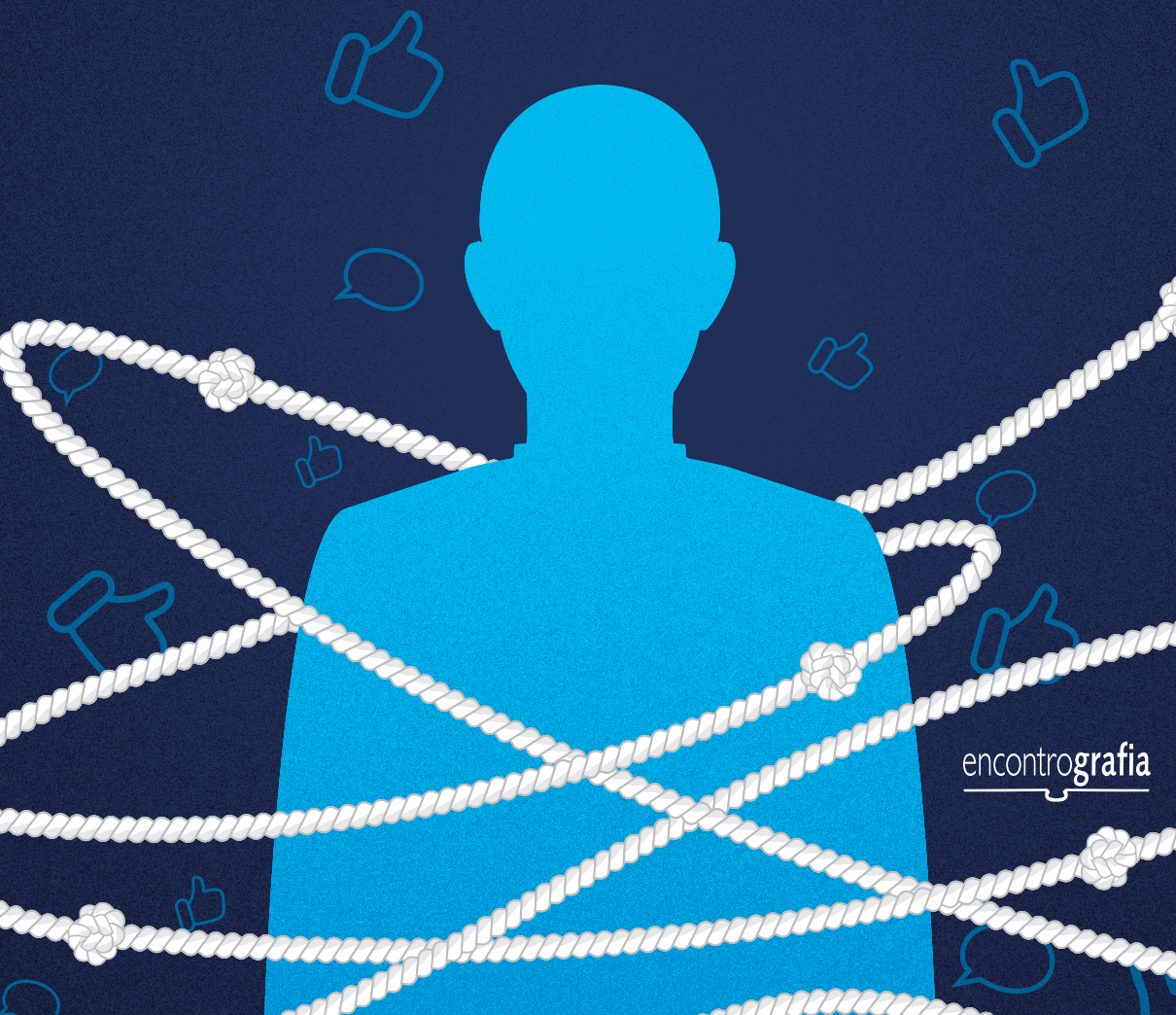


Douglas Christian Ferrari de Melo

DESFAZENDO

OS NÓS: provocações e pessoas
com deficiência

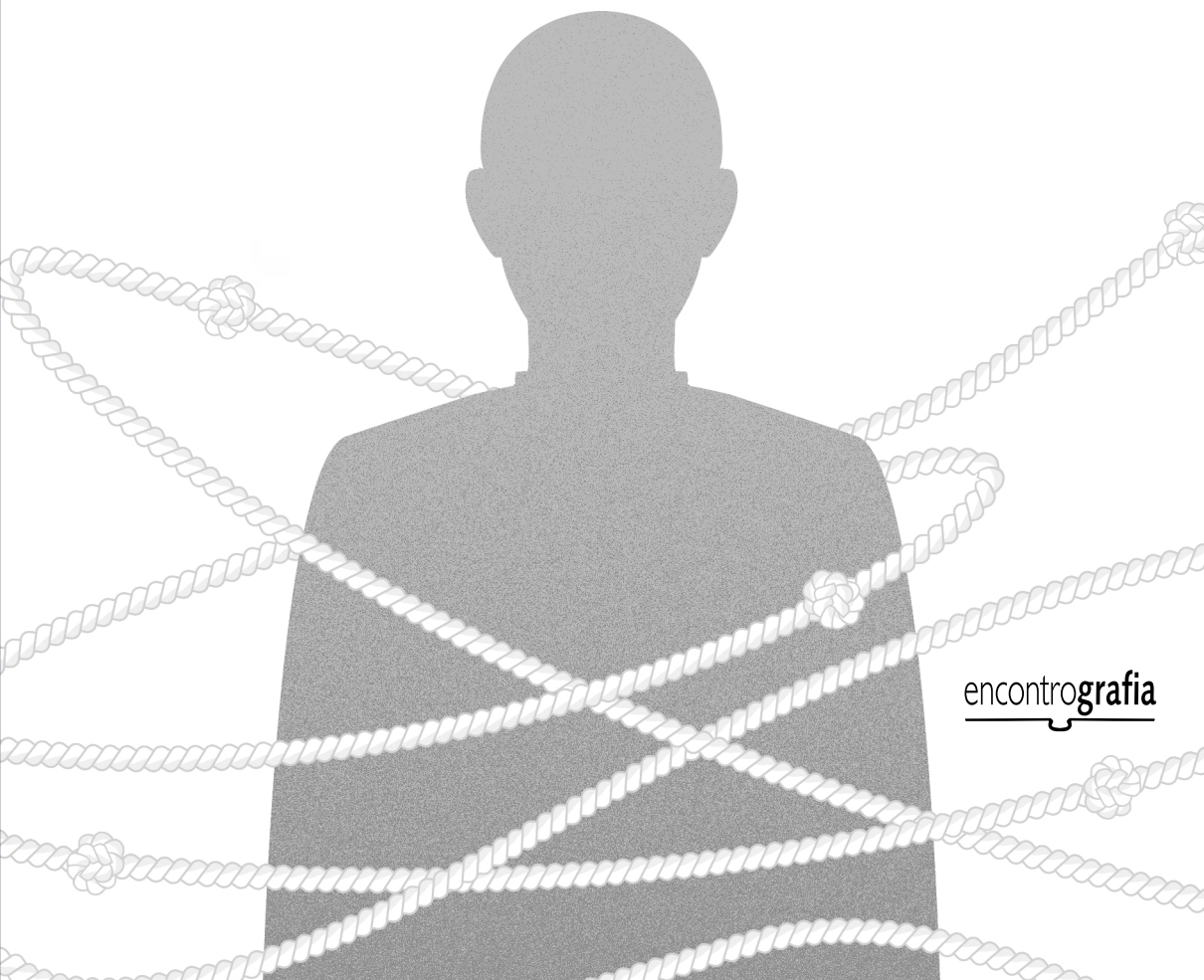


encontrografia

Douglas Christian Ferrari de Melo

DESFAZENDO

OS NÓS: provocações e pessoas
com deficiência



encontrografia

Copyright © 2021 Encontrografia Editora. Todos os direitos reservados.

É proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem a expressa autorização dos autores e/ou organizadores.

Editor científico

Décio Nascimento Guimarães

Editora adjunta

Gisele Pessin

Coordenadoria técnica

Gisele Pessin

Fernanda Castro Manhães

Design

Carolina Caldas

Foto de capa: Carolina Caldas

Gestão administrativa

Ana Laura dos Santos Silva

Bibliotecária

Juliana Farias Motta – CRB 7/5880

Assistente de revisão

Eliana da Silva Barbosa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M528d Melo, Douglas Christian Ferrari de

Desfazendo os nós: provocações e pessoas com deficiência / Douglas Christian Ferrari de Melo. Campos dos Goytacazes (RJ): Encontrografia, 2021.

80 p.

ISBN: 978-65-88977-23-1

1. Pessoas com deficiência - Direitos fundamentais. 2. Pessoas com deficiência - Condições sociais. 3. Pessoas com deficiência – Educação. 4. Inclusão escolar. I. Brasil - Política social. I. Título: provocações e pessoas com deficiência

CDD 362.4

Comitê científico/editorial

- Prof. Dr. Antonio Hernández Fernández – UNIVERSIDAD DE JAÉN (ESPAÑA)
- Prof. Dr. Carlos Henrique Medeiros de Souza – UENF (BRASIL)
- Prof. Dr. Casimiro M. Marques Balsa – UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA (PORTUGAL)
- Prof. Dr. Cássius Guimarães Chai – MPMA (BRASIL)
- Prof. Dr. Daniel González – UNIVERSIDAD DE GRANADA – (ESPAÑA)
- Prof. Dr. Douglas Christian Ferrari de Melo – UFES (BRASIL)
- Prof. Dr. Eduardo Shimoda – UCAM (BRASIL)
- Prof^a. Dr^a. Fabiana Alvarenga Rangel – UFES (BRASIL)
- Prof. Dr. Fabrício Moraes de Almeida – UNIR (BRASIL)
- Prof. Dr. Francisco Antonio Pereira Fialho – UFSC (BRASIL)
- Prof. Dr. Francisco Elias Simão Merçon – FAFIA (BRASIL)
- Prof. Dr. Iêdo de Oliveira Paes – UFRPE (BRASIL)
- Prof. Dr. Javier Vergara Núñez – UNIVERSIDAD DE PLAYA ANCHA (CHILE)
- Prof. Dr. José Antonio Torres González – UNIVERSIDAD DE JAÉN (ESPAÑA)
- Prof. Dr. José Pereira da Silva – UERJ (BRASIL)
- Prof^a. Dr^a. Magda Bahia Schlee – UERJ (BRASIL)
- Prof^a. Dr^a. Margareth Vetus Zaganelli – UFES (BRASIL)
- Prof^a. Dr^a. Marília Gouvea de Miranda – UFG (BRASIL)
- Prof^a. Dr^a. Martha Vergara Fregoso – UNIVERSIDAD DE GUADALAJARA (MÉXICO)
- Prof^a. Dr^a. Patricia Teles Alvaro – IFRJ (BRASIL)
- Prof. Dr. Rogério Drago – UFES (BRASIL)
- Prof^a. Dr^a. Shirlena Campos de Souza Amaral – UENF (BRASIL)
- Prof. Dr. Wilson Madeira Filho – UFF (BRASIL)

Sumário

Desfazer os nós	11
Décio Nascimento Guimarães	
Do direito de aprender das pessoas com deficiências	13
Educação Especial como política pública	16
Pais com deficiência, filhos sem deficiência. Irmãos com deficiência, irmãos sem deficiência.	19
Adjetivos e nomenclaturas na vida de uma pessoa com deficiência	21
Milagre, cura e as pessoas com deficiência	23
“Café com leite” e as pessoas com deficiência	25
Atividade física, ser humano integral e as pessoas com deficiência	27
Como as pessoas com deficiência são “usadas” pelas pessoas sem deficiência	28
Dependência, captura da subjetividade e as pessoas com deficiência	29
Acessibilidade, política, eleições e planos de governo	30
Não deveria ter que provar nada para ninguém	32

O termo/conceito/paradigma/nomenclatura inclusão, escola e pessoas com deficiência	33
Estética e deficiência visual	35
Confortavelmente cego (ou claridade viva)	36
Baixa visão: cego ou enxerga?	38
COVID-19: a chance de aprender que outra escola é possível ..	40
COVID-19: por que as pessoas com deficiência não contam? ..	42
Acessibilidade e o sistema prisional	44
Volta todo mundo ou não volta ninguém	46
O que eu considero importante sobre acessibilidade digital e comunicacional em <i>lives</i> , <i>webinars</i> , eventos virtuais e similares	48
Por uma nova educação das pessoas com deficiência	49
Novo Fundeb e os desafios da educação	51
Unificar na luta contra discriminação, preconceito e exploração	53
Não precisamos ser colocados em “caixas” e guetos	55
Políticas públicas para as pessoas com deficiência do ponto de vista das pessoas com deficiência	57
Capacitismo e a (falta de) acessibilidade	59
Só o excluído sente o que é a exclusão	61

O anti-x, sendo x = exploração, discriminação e preconceito . . .	64
Beleza, sensualidade e pessoa com deficiência	66
Dor e pessoa com deficiência	67
Por que não? Sobre desafios, possibilidades, liberdades e pessoas com deficiência	68
Permitam-se! Porque os limites são flexíveis	70
O COVID-19 e a pessoa com deficiência	72
Trabalho e as pessoas com deficiência	74
O capacitismo na Educação Especial	76
Paixão revolucionária subversiva	78
Sobre o autor	80



Desfazer os nós

É curioso e gratificante prefaciá-lo em que tive a oportunidade de acompanhar o processo criativo, seja na condição de leitor dos manuscritos digitais nas redes sociais, seja como editor ao acolher a obra completa para publicação. A bem da verdade, posso afirmar que muitas das provocações e reflexões contidas no texto estiveram presentes em diálogos com o autor Douglas Christian Ferrari de Melo, que é meu amigo, parceiro de pesquisas e companheiro de luta. Compartilho que a cada releitura experienciei diferentes sensações, que me proporcionaram rupturas, reencontros, inquietações e um incomparável desfazer de nós. Mas do que estamos falando?

Desfazer os nós é pensar de outra maneira, questionar os padrões, desafiar a verticalização, rebelar-se diante das injustiças e desigualdades, é permitir-se pensar livre, experimentar a horizontalidade em coletivos e compartilhar o fazer diferente. Desfazer os nós é romper com o silenciamento, escutar a voz dos excluídos, denunciar a história que nos foi imposta, reescrevendo-a a partir de nossas lutas.

Desfazer os nós é assumir a baixa visão como estratégia de observar o mundo mais de perto, é com as mãos experimentar os contornos e os relevos da vida, é desbravar com bengala a imprevisibilidade dos caminhos, é mostrar à humanidade que a visão dos cegos nada tem a ver com a cegueira do mundo, é ressignificar a velha narrativa de que não pode um cego guiar outro, porque ambos se deixam guiar por sua própria emancipação.

A presente obra é um convite coletivo e, ao mesmo tempo, um anúncio da urgência de nos desfazermos de nossos velhos nós, que são capacitistas, racistas, misóginos, homofóbicos... Nessa ruptura, inauguramos singulares experiências que nos levam a outros nós, que, ao contrário de

nos aprisionar e nos isolar, nos unem no entrelaçar de sermos coletivamente livres.

Desejo a todas e todos uma boa leitura.

Prof. Dr. Décio Nascimento Guimarães

Doutor em Cognição e Linguagem (UENF)

Professor do Instituto Federal Fluminense (IFF)



Do direito de aprender das pessoas com deficiências¹

No Brasil, historicamente, as instituições especializadas, filantrópicas, porém privadas, tiveram um papel importante na educação das pessoas com deficiência. No entanto, nos últimos anos o Poder Público vem tentando ganhar a centralidade nesse papel. Isso equivale a dizer, em termos legais, que a LDB nº 9.394/96, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a Resolução CNE nº 04/09 e o Decreto nº 7.611/11 demonstravam o avanço na inclusão desse público na escola comum. Em termos de gestão, podemos citar o investimento realizado com contratação de professores, compra de equipamentos e o estabelecimento do Atendimento Educacional especializado (AEE).

Segundo esses documentos citados, o aluno deve estar matriculado nas classes comuns do ensino regular e AEE, ofertado em salas de recursos multifuncionais, em turno inverso nas escolas públicas ou na rede pública ou em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas (privadas), tendo a função complementar ou suplementar.

Por muito tempo, lutamos pela garantia de matrícula, até o momento da criação da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), que estabelece pena de reclusão de 2 a 5 anos para quem negar matrícula ou cobrar taxa. Mas agora o “problema” que se coloca é outro: o direito de aprender das pessoas com deficiência dentro do direito à educação. Para tanto, estamos partindo de alguns pressupostos: “todo ser é educável”, “educação é na escola comum” e “100% dos recursos públicos para a escola pública”.

1. Artigo publicado originalmente no jornal A Tribuna (ES) no dia 04 de setembro de 2019 (Coluna: Tribuna Livre).

O primeiro se refere à questão que todas as crianças devem ser educadas, independentemente de sua condição, utilizando, para isso, os “caminhos indiretos”. Esse pressuposto vem de encontro com o que encontramos na sociedade, que hierarquiza, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior, as pessoas em função da capacidade ou incapacidade, o que é materializado em discriminação e preconceito, o capacitismo.

O segundo diz respeito ao direito de que toda criança ou jovem esteja matriculado na escola comum e recebendo apoio pedagógico. A escola é lugar privilegiado (mas não só) o qual a sociedade escolheu para que todos e todas as pessoas aprendam, inclusive as pessoas com deficiência. Então porque haver distinção de local de atendimento? Esse segundo tem a ver com o terceiro pressuposto, pois só teremos garantido o direito à educação para esse público, se tivermos recursos financeiros que contemplem as necessidades, o que, por vezes, não é barato. Não é terceirizando a Educação Especial e deixando as escolas públicas à mingua que o processo de inclusão escolar vai avançar. Para entrar nessa nova fase da aprendizagem, será exigido do Poder Público um investimento massivo na Educação Especial, ainda mais do que foi realizado para garantir o acesso.

Quando falo do direito de aprender, estou referindo-me claramente ao acesso ao currículo oficial, ou seja, a “[...] organização do conjunto das atividades nucleares distribuídas no espaço e tempo escolares” (SAVIANI, 2003, p. 17). Em poucas palavras: socialização ao conhecimento sistematizado historicamente produzido. Isso representa que o menino/menina com deficiência deve aprender português, matemática, história, geografia, ciências etc., possibilidade que se constrói a partir do olhar para o humano, para o outro, diferente de mim.

É importante conversar com as famílias dessas crianças e jovens e perceber que agora elas não querem somente o acesso, mas querem que seus filhos levem “dever de casa” tal qual o filho sem deficiência, que o professor construa o Plano de Atendimento Individualizado (PDI) e que eles possam acompanhar mais a vida pedagógica de seus filhos, ao invés de serem chamados somente para resolver o caso de seu “filho-problema”.

Entender e afirmar a centralidade e o protagonismo das políticas públicas na lida com as questões e desafios do campo da Educação Especial é politicamente e eticamente fundamental. Essa postura vale para alertar a existência, no Espírito Santo, da “terceira matrícula” mensal que vai para as instituições privadas todo mês, além do termo de cooperação/termo aditivo que os municípios abrem da segunda matrícula (situação permitida aos alunos da Educação Especial) no valor de mais de 4.000,00 reais por ano para essas mesmas instituições, fora outras fontes de recursos na educação e em outras áreas. As questões se que se colocam são: essas mesmas instituições têm feito papel pedagógico? Existe controle, acompanhamento e fiscalização sobre essa questão? Essa mesma postura serve também para alertar o que vem acontecendo desde o ano passado com a tentativa da chamada “atualização” da Política de Educação Especial, posta em uma minuta, em que se retira a “perspectiva inclusiva” do documento, com retorno às classes e escolas especiais do início da década passada, e que coloca na mão das famílias uma pretensa escolha, já que nas instituições privadas há um atendimento clínico por negligência do Poder Público.

Contudo, pensar na centralidade e o protagonismo das políticas públicas, na alta expectativa frente a pessoas com deficiência é pensar que queremos médicos, psicólogos, professores, engenheiros, assistentes sociais, físicos, biólogos com deficiência sendo formados nas universidades e atuando no mundo do trabalho. É uma ação que envolve uma mudança de cultura, uma ação atitudinal por partes das famílias, das escolas/professores, das instituições de defesa dos direitos e das próprias pessoas com deficiência.



Educação Especial como política pública¹

Historicamente, a educação das pessoas com deficiência ficou a cargo das instituições privadas: especializadas, confessionais ou filantrópicas. A Educação Especial como política pública só começou a acontecer, em 1973 – mesmo assim, dividindo o protagonismo com as instituições privadas –, após a criação do Centro Nacional de Educação Especial (Cenesp), ligado ao Ministério da Educação. Foi somente depois da Constituição de 1988 que começamos a falar, para esse público, em educação como direito, quando é sinalizado, no art. 208, que “[...] o dever do Estado com a educação será efetivado mediante: [...] a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Portanto, o direito à educação como condição que conjugue o trinômio gratuidade-obrigatoriedade-ensino público.

Essa situação vinha avançando com o lançamento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a qual retira o termo preferencial. Essa política chama a atenção para a Educação Especial como uma política pública fundamental para a construção de uma escola inclusiva, destacando, dessa forma, o papel da gestão educacional e do sistema. A partir desse momento, os alunos começaram a adentrar os ambientes escolares. Na última década, segundo o censo do MEC, no Brasil, houve um crescimento de 53% nas matrículas na Educação Especial, enquanto no Espírito Santo esse crescimento ficou registrado em 9%. Nesse mesmo período, no ES, as matrículas na rede privada caíram de 45% para 4%, enquanto na rede pública houve aumento de 55% para 96%. Esses resultados indicam a expansão de matrículas da Educação Especial nos sistemas públicos, impulsionados

1. Artigo publicado originalmente no jornal A Tribuna (ES) no dia 14 de julho de 2019 (Coluna: Tribuna Livre).

pelos políticas de Educação Especial no decorrer dessa década. Com essa situação, cresce a responsabilização das gestões municipais e dos estados com o gerenciamento de toda a estrutura referente à Educação Especial. Esse novo processo gera bons e novos “problemas”.

Em uma linha contraditória, gestores da educação optaram e continuam optando pela terceirização do direito à educação desse público, por meio de parcerias e convênios com instituições privadas que não oferecem um trabalho pedagógico adequado, nem possibilitam o convívio com os diferentes. Ainda está presente o senso comum sobre o qual os alunos da Educação Especial Inclusiva são melhores atendidos em instituições privadas. Elas agem dentro do Estado, com o consentimento de grupos inseridos na esfera governamental. Dada a sua importância, essas instituições chegam a ser confundidas com ações do Poder Público. Isso confirma os dizeres de Mazzotta (2011), a partir de sua pesquisa histórica, de que, em que pese os documentos, textos e discursos oficiais afirmarem o paradigma da inclusão (integração, na época da pesquisa), a prática reafirma a tendência de priorização do atendimento a esse público via iniciativa privada por meio das instituições privadas. Essa força ganha destaque após a edição do Decreto nº 7.611 (2011) e é consagrada com a instituição do Plano Nacional de Educação (2014-2024) pela Lei nº 13.005 (2014). E, por isso, fica mais fácil entender porque tais instituições privadas “ganham” a centralidade da educação das pessoas com deficiência e acabam não eliminando a relação promíscua, pois suprimiria sua razão de existir.

Esse debate somente agora começa a chegar nas carteiras das universidades, a partir da entrada desses alunos no ambiente acadêmico, junto com a reserva de vagas que se tornou realidade nas universidades federais desde 2018 por meio do Enem/Sisu. Estigmatizações, preconceitos e discriminações convivem com a falta de autonomia, independência e baixas expectativas, incertezas e angústias, fruto desse histórico pesado que retira das pessoas com deficiência o seu protagonismo e empoderamento, roubando sua subjetividade. Outros desafios se impõem, como a acessibilidade às edificações, o acesso ao acervo bibliográfico nas bibliotecas, o trabalho didático-pedagógico, a formação

continuada dos servidores, os sistemas/meios de comunicação e a criação de uma cultura/política inclusiva.

Procurando entender por que, ainda, nem metade das vagas destinadas ao esse público são ocupadas a cada semestre, uma resposta muito comum escutada nas rodas de conversas que estamos promovendo com a comunidade externa, de famílias e de pessoas com deficiência que a universidade não foi feita para eles, além da dificuldade de entender e manusear todo o processo do Enem/Sisu.

Precisamos trabalhar a Educação Especial como política pública desde a Educação Infantil, nas famílias e na sociedade, ou seja, sem assistencialismos, sem superproteção, com altas expectativas e o desenvolvimento da autonomia e da (inter)dependência. Para tanto, a Ufes realizava reuniões pedagógicas, organizava uma equipe para atender as diversas demandas, realizava encontros com as famílias, grupos de pesquisas, gestores, instalando uma comissão de acessibilidade intersetorial, entre outras ações. São caminhos que ajudarão esse aluno em sua trajetória acadêmica para acessar, permanecer e sair com sucesso da universidade como um ser humano e profissional habilitado para exercer uma profissão e ter reconhecimento/visibilidade social.



Pais com deficiência, filhos sem deficiência. Irmãos com deficiência, irmãos sem deficiência

Nas escolas, estamos muito acostumados a falar de alunos com deficiência, suas relações sociais e de aprendizagem. Mas alguém já parou para pensar naquelas pessoas com deficiência que adentram as escolas, porém não são alunos? Muitos pais com deficiência encontram muitas dificuldades para conseguir acompanhar seus filhos. Demorei muito anos para que os bilhetes viessem ampliados. Nas festas e eventos, há pouca ou nenhuma preocupação conosco e, muitas vezes, não conseguimos aproveitar desses momentos vividos na mesma intensidade que os outros pais. São relatos e mais relatos que ouvi sobre essa situação e ninguém solta a voz: os pais com deficiência vão às escolas e estas precisam pensar em nós.

Por outro lado, os nossos filhos se sentem responsáveis já muito cedo. Já ouvi relato de filho que queria ler aos dois anos e meio para ajudar os dois pais cegos. A minha filha, aos quatros, me mostrou como eu enxergava, aos cinco chorou porque queria ter uma deficiência e aos seis perguntou por que a mãe caminha de um jeito diferente. Não são raras as vezes que sinto que ela, hoje com nove anos, se sente responsável por nós em alguns aspectos: ajudar a me guiar em ambientes novos e escuros, levar a cadeira de roda no aeroporto etc. Assim, os filhos acabam amadurecendo mais cedo pelas relações sociais que vivem, pelo que a sociedade impõe às pessoas com deficiência e pela falta de acessibilidade. Presenciam situações extremas muito cedo.

Por fim, já paramos para pensar o quanto é difícil, para um indivíduo sem deficiência, ser irmão de uma pessoa com deficiência? Muitas vezes, muito cedo, ter que abrir mão do carinho e do afeto dos pais pela necessidade de a família dedicar-se ao irmão com deficiência. Como essas crianças e adolescentes crescem? Vejo irmãos que acabam sendo

também pais. Vivem uma vida mais dura, obrigados a se acostumarem a ter o carinho depois do outro. O filme Extraordinário mostrou um pouco dessa realidade.

Nós retratamos essas situações em nossas pesquisas? As pesquisas precisam escrever sobre essa realidade. Em nossas salas de aula, precisamos debater isso? São situações não tão novas assim, mas que não chegam a ser visibilizadas. Vamos abrir os escopos das pesquisas sobre educação e, também, sobre as pessoas com deficiência. Pensar em novos sujeitos, novas temáticas e abordagens.

Mais um post daqueles temas que se esquecem ou que querem esquecer (mas que precisam ser lembrados).



Adjetivos e nomenclaturas na vida de uma pessoa com deficiência

Não é de hoje que o ser humano faz uso, quase como uma necessidade, de adjetivos, nomenclaturas com o objetivo de qualificar, classificar, normatizar, enfim, separar.

Na vida das pessoas com deficiência, isso já aparece como normal, natural (deixando bem claro, algo que não é, pois vem de uma construção social), a começar pela forma como nos chamam: pessoas com deficiência. Claro que já é um avanço histórico, em vez de sermos chamados excepcionais, deficientes, portadores. A pessoa, o ser humano vem em primeiro lugar, e a tal deficiência como atributo (isso levaria a falar de capacitismo, algo já abordado nessa série de posts que venho fazendo sobre os não ditos em relação à pessoa com deficiência).

Mas, continuamos... Para as pessoas com deficiência, temos uma educação... especial (já foi chamada de emendativa). Por que especial? Daí derivam os chamados “alunos/crianças especiais” e falas como “ele é especial, coitado! Vamos aprovar). O que existe é uma educação (e ponto final). Tenho tentado usar, quando possível, educação de pessoas com deficiência. O termo especial acaba criando um subsistema, uma separação.

Tecnologia assistiva é outro. Por que não tecnologia (e ponto final)? Mas tem que classificar que essa tecnologia é direcionada para determinadas pessoas. Quem? As pessoas com deficiência.

Moda inclusiva, professor especialista, esporte adaptado, paradesporto... E por aí vai. É muita adjetivação e em cada área pode ser encontrado alguma. Mas, para não virar um textão, trouxe esses exemplos. A vida poderia ser mais simples sem essas classificações que desembocam em estigmatizações. A linguagem tem força e os modos de falar também.

Existem:

Pessoa.

Educação.

Tecnologia.

Moda.

Professores.

Esporte.

Em breve, voltaremos com novas/velhas provocações.



Milagre, cura e as pessoas com deficiência

Dando continuidade aos posts sobre o que não se diz ou pouco se diz sobre as pessoas com deficiência, quero tratar de um assunto delicado, mas que, com quase certeza, todas as pessoas já receberam uma pergunta ou comentário do tipo: “Você vai se curar, Deus vai fazer um milagre” ou “Você tem fé? Você vai se curar”. Ou, ainda, foram levadas a uma igreja ou, mesmo no ônibus, alguém parou e colocou as mãos sobre a cabeça e começou a orar para, naquele momento, o milagre vir a acontecer e o cego voltar a enxergar, o surdo voltar a ouvir e por aí vai.

Não sou contra a fé e a religião de qualquer pessoa que seja, mas já ouvi muito relato de mãe que vai deixar o cabelo do filho crescer até ele seja curado da cegueira, ou mesmo, não agir esperando uma cura da Medicina. Essas condutas trazem, em si, pelo menos, dois problemas:

1) A deficiência como um castigo, um karma. Isso remonta a passagens bíblicas e à história da humanidade em que as pessoas eram consideradas seres sem alma, que deveriam ser sacrificados, mortos. A história avançou, mas resquício desse pensamento ainda continua, mesmo que hoje não se mate, pelo menos não ouço falar, pessoas por causa da sua condição de deficiência.

2) Enquanto a cura medicinal ou o milagre divino não vem, muitas pessoas com deficiência e suas famílias ficam paradas, sem correr atrás de atividades, educação, conhecimento de como trabalhar a própria deficiência. Ficam acalentando aquela possibilidade enquanto a vida segue, a pessoa cresce e não consegue se colocar na sociedade. Ou seja, poderia estar aprendendo Libras, braille, comunicação aumentativa e alternativa, informática, frequentando escola, fazendo um curso superior, buscando tecnologias que pudessem ajudar no dia a dia.

Para mim, há duas formas de contribuir para resolver esse problema: a formação e a informação. Formação para profissionais da saúde,

assistência, educação e outros que lidam com as pessoas com deficiência e suas famílias. Essas também precisam de formação. Mas, também, informação adequada de como viver com deficiência, de como, à sua maneira, colocar-se na sociedade.

Vamos dialogando e até o próximo post.



“Café com leite” e as pessoas com deficiência

Como prometi, neste post gostaria de abordar outro assunto pouco comentado, mas que deixa muitas marcas entre as pessoas com deficiência. Você participa, mas “café com leite”.

Mas o que significa? De modo geral, é quando a pessoa com deficiência está lá, “participando”, mas não está. Ela não conta. Em um jogo de futebol, por exemplo, ela fica do time de fora ou entra, mas não é marcada, não passam a bola para ela, deixam fazer o gol. Mas ela está só para “socializar” ou para não se machucar. Um dia, enfezado com isso, falei que seria o goleiro (porque é uma posição que ninguém quer). Depois daquela surpresa geral, fui agarrar e não levei nenhum gol. Daquele dia em diante, sempre fui o goleiro ou zagueiro, mas nunca mais fui “café com leite” na Educação Física, no futebol.

Aí você pensa nos professores e na família que não querem “ter trabalho” para garantir que aquele aluno aprenda. Na sala de aula, para além da Educação Física, isso também acontece. “Eu vou dar nota máxima ou mínima para esse aluno passar porque está na lei”. “Que lei?”, perguntava e ninguém sabia me dizer. Na verdade, os professores faziam e fazem isso porque que não sabem o que fazer, não tiveram formação, mas também não querem, de verdade, aquele aluno ali.

Às vezes, me parece que a escola não está preparada para a diferença, qualquer diferença que saia de um padrão preestabelecido abstrato, mas que está lá. Já vi alunos serem aprovados, na escola ou na universidade, sem fazer nenhum trabalho, nenhuma prova, nada. Essa atitude é pior, para mim, do que reprovar. E isso deixa muitas marcas, cicatrizes, que nem sempre são curadas ao longo da vida.

Vamos parar de usar a pedagogia do “não”, a pedagogia do “só”. Vamos trabalhar a pedagogia da alternativa, a pedagogia do possível, do também e do ainda não. Isso vai muito além de formação, bom espaço físico, de recursos tecnológicos. Todos muito importantes, mas não fundamentais. Fundamental é está aberto para o outro diferente de mim, é fazer com o outro aquilo que gostaria que fosse feito comigo, é impedir de tornar a pessoa com deficiência alguém “café com leite”.



Atividade física, ser humano integral e as pessoas com deficiência

Em tempos de isolamento por causa da pandemia do COVID-19, escrevo dois posts sobre questões que não são ditas sobre as pessoas com deficiência.

Pouco se diz que uma pessoa com deficiência precisa praticar uma atividade física por, praticamente, toda a vida. Serve como um medicamento. Descobri isso ainda na juventude e, depois de um acidente ciclístico, descobri que precisaria fazer um exercício físico todos os dias para evitar a dor. Mais do que isso, descobri os benefícios da atividade física para o corpo e para alma. Inclusive, ajuda muito no processo educacional, na aprendizagem.

Eu não estou nem falando de esporte de alto rendimento, paradesporto. A grande maioria das pessoas com deficiência não fazem qualquer atividade física semanal; vivem no sedentarismo, sem sentido de vida. Isso complica seus indicadores ruins de saúde, como glicose, colesterol, força muscular etc. Atrapalha também na autonomia. As famílias precisam aprender que seus filhos, independentemente da deficiência, precisam praticar uma atividade física de acordo com suas possibilidades, e desde o momento em que descobrem ou ainda no nascimento. Precisamos pensar na pessoa com deficiência de modo integral: não é só educação, não é só médico, não é só deslocamento. É tudo, inclusive o corpo, a corporeidade e a atividade física.

Nesses tempos de isolamento pelo COVID-19, preocupa-me muito como as pessoas com deficiência vão realizar suas atividades físicas em casa. Graças a Deus eu tenho orientação profissional, mas quem não tem? Vamos aproveitar esses momentos para pensar nessa questão: atividade física, ser humano integral e as pessoas com deficiência.



Como as pessoas com deficiência são “usadas” pelas pessoas sem deficiência

É muito comum. Já falei algumas vezes sobre estigma da superação quando se refere a algumas pessoas com deficiência que se destacam. Esse estigma só reforça ainda mais o outro estigma, a do coitadinho. São lados da mesma moeda. O ruim é que tem pessoas com deficiência que caem nesse “conto da sereia”, reforçando as ideias de meritocracia, o individualismo e alcance somente por esforço pessoal.

Mas, há alguns anos, vejo que esse paradigma da superação também tem um lado, de uma certa forma, autoajuda para pessoas sem deficiência. Como se nós fôssemos um exemplo, um estimulante. Frases como: “viu, ele que tem esse monte de problema conseguiu, você também consegue”, “mesmo tendo deficiência, alcançou seu objetivo, por que você, que não tem nada, não consegue/conseguiu?”, “se ele conseguiu, você também consegue”, e por aí vai.

É importante lembrar que todas e todos se superam, com ou sem deficiência, nos seus cotidianos. O meu aluno que sai às 6h da manhã de casa para trabalhar, sai às 17h do trabalho e ainda vai para a faculdade assistir as minhas aulas também se supera a cada dia. Então, por que somente as pessoas com deficiência são relacionadas com a superação? Uma das respostas: é para servir de estimulante para as pessoas sem deficiência, é para sermos “usados” pelas pessoas sem deficiência.

Da série de posts: aquilo que ninguém diz sobre as pessoas com deficiência (estive parado, concentrado em alertar sobre as pessoas com deficiência no contexto do COVID-19).



Dependência, captura da subjetividade e as pessoas com deficiência

Cada ser humano é único. Cada um tem sua subjetividade e “materializa” na realidade de alguma forma. Além disso, em nossa sociedade a subjetividade tem uma relação com a liberdade. Mas como é isso para as pessoas com deficiência?

Não podemos deixar de nos situar na sociedade em que vivemos: preconceituosa, discriminatória, exploradora e capacitista. Isso quer dizer que as pessoas com deficiência não vivem sua subjetividade e liberdade da mesma forma.

As pessoas com deficiência têm a sua subjetividade roubada, capturada pelo outro. Exemplos: na família, seus desejos não são ouvidos e, de alguma forma, podem utilizar um direito como um benefício, como o passe-livre; na escola, professores retêm alunos para não ficarem sem e não serem transferidos para outra escola; as instituições especializadas que mercantilizam/financeirizam as pessoas com deficiência para receberem os recursos públicos sem oferecer um atendimento digno.

Com isso, as pessoas com deficiência ficam sem condições de exercer sua autonomia com interdependência e liberdade. Elas vivem somente em função da vontade dos outros. É bom lembrar que todo ser humano é educável, tem vontade, desejos, opinião e agir próprio, inclusive as pessoas com deficiência (ponto final).



Acessibilidade, política, eleições e planos de governo

Hoje é um pouco mais comum (mas não como deveria) encontramos pessoas com deficiência em cargos públicos eleitos pelo voto: vereadores, deputados estaduais e federais e senadores. Com muita luta, estamos vencendo essa barreira. Mas isso não quer dizer, por si só, que basta ter uma deficiência para defender e entender de deficiência, nem que todos olham a deficiência de forma autônoma, empoderada, como sujeitos de direitos, assim como não entendem o direito à educação na escola comum. Mas isso merece outros posts.

Meu interesse neste post é dizer sobre uma questão pouco falada, mas, principalmente, pouco escrita. Aproveitando que as eleições municipais se avizinham, além de ser nesse momento que os candidatos e suas propostas começam a ser rascunhadas: quais são as propostas de acessibilidade do(s) seu(s) candidato(s)? Elas estão escritas no seu plano de trabalho, no caso de candidatos a vereador(a), ou no plano de governo, no caso de prefeito(a)?

É claro que estar escrito não garante que será executado, mas é o termômetro para as cobranças e fiscalização daquele(s) candidato(s) que for(em) eleito(s). A acessibilidade e as demandas das pessoas com deficiência devem vir em todos os campos: educação, saúde, cultura, mobilidade urbana, ação social, desenvolvimento econômico, organização da cidade, gestão, entre outras. A acessibilidade é ampla, transversal e vale para todos e todas (não só para quem tem uma deficiência). É um direito humano e social que deve estar posto. Se meu candidato não tem propostas para acessibilidade, eu não voto nele e ponto final.

Nesse ano de eleição (e em todos que virão) vamos ficar atentos a esse ponto. Vamos cobrar dos candidatos que incluam propostas de

acessibilidade em seus planos. Vamos propor também. Assim, poderemos, com mais facilidade, cobrar e fiscalizar quando for(em) eleito(s).

Até o próximo post dos assuntos invisibilizados sobre as pessoas com deficiência. Com eles, espero estar contribuindo para colocá-los no debate da agenda pública.



Não deveria ter que provar nada para ninguém

Certa vez, escrevi aqui que a lesão/deficiência leva a pessoa a ter que planejar praticamente tudo na vida, até nos aspectos cotidianos.

Uma outra característica, fruto da sociedade normatizadora e meritocrata em que vivemos, é a condição de ter sempre que provar suas potencialidades, que costumam chamar de capacidade. Ouvi de diversas maneiras: “você é bom, mas não vou te contratar porque tem deficiência”.

Além de crime, é uma ação cruel e opressora da sociedade encarar a pessoa com deficiência. Aqueles que chegam a uma posição social, algumas vezes, o fazem com muitos sacrifícios, dores físicas e sofrimentos psicológicos. Inclusive para se manter.

Temos que refletir sobre isso, especialmente as próprias pessoas com deficiência, seus familiares e profissionais que trabalham na área.

#contraocapacitismo

#pelofimdocapacitismo



O termo/conceito/paradigma/nomenclatura inclusão, escola e pessoas com deficiência

Voltando à série “Provocações”, hoje pretendo falar sobre o termo/conceito/paradigma/nomenclatura inclusão. Em outro post, havia falado sobre adjetivos e nomenclaturas na vida de uma pessoa com deficiência. O “inclusão” ficou de fora porque merece um à parte. São tantas as formas em que aparecem: “inclusão escolar”, “educação inclusiva”, “inclusão como tempo histórico, aluno incluído”, “escola inclusiva”, “inclusão social”.

Vou começar com uma parte de um comentário ao texto anterior das nomenclaturas, feito pela minha amiga Luana: “no mesmo sentido, se apresenta o paradigma da inclusão, visto que ao necessitarmos utilizar o termo inclusão, estamos reforçando a lógica hegemônica, na qual existe uma identidade padrão, um padrão de normalidade, e tudo que é diferente disso, precisa ser incluído”. Quer dizer, só alguns podem ser “incluídos”. Esse é um problema. Essa palavra veio dos organismos internacionais, do Relatório Delors, da Declaração de Salamanca/UNESCO. Tem a ver com o pragmatismo econômico.

Na verdade, não “vive-se uma inclusão”. Ela existia, mas de forma marginal, secundária. Então não existe o binômio inclusão x exclusão. São faces da mesma moeda. Esse sentido da palavra inclusão (após 1990) se liga também a um período histórico pós-integração (antes de 1990). Existia, então, um avanço, um *continuum* positivo, caminhando para, na atualidade, a sua consolidação. Mas como explicar as tentativas reais de regresso às classes e escolas especiais? Por falar nisso, já vi muita instituição excludente dizer que faz inclusão.

No sentido de “aluno incluído”, “escola inclusiva”, é claro que não existe o essencialismo, o professor, escola ou aluno incluído. Não existe uma pessoa ou lugar 100% inclusão. Será que existe uma instituição de ensi-

no que possa ser considerada inclusiva? Será que tem ou vai existir uma escola inclusiva, um modelo? Existe uma verdadeira inclusão escolar? O que é? O que pode ser inclusivo hoje poderá não ser amanhã. Ou seja, um caminho a ser perseguido. Porém, não chegaremos lá. É forma de vida, um ponto de chegada e não de partida.

Além disso, a inclusão ficou muito conhecida como sinônimo de “socialização”, mas não tem o ensino, a aprendizagem, o conhecimento. Agora precisamos avançar em direção ao direito à aprendizagem dentro do direito à educação (que envolve, ainda, outros direitos).

Por fim, é comum também ler que existe “didática inclusiva”. Será que ela existe escrita nos livros como uma receita? Se tem uma questão certa na educação, é que ela não tem fórmula pronta, geral, modelo, receita para todas e todos. Se somos seres históricos, estamos sempre mudando; as práticas pedagógicas também. Temos que ter ouvido sensível para os nossos alunos, levar em consideração sua história, seus caminhos alternativos de aprendizagem. Educação não pode ser sinônimo de homogeneização, mas, ao contrário, somos seres heterogêneos e a educação também é.

A palavra inclusão não é garantia de direito à educação. Por isso, penso que melhor seria trocar a expressão por “garantia de direitos”, “direito à educação”, “escolarização”, “acesso e permanência”.

Em breve, voltaremos com mais “provocações”.



Estética e deficiência visual

É muito comum hoje em dia associar a estética à condição de enxergar pela visão. A beleza ligada com aquilo que se vê. Esmaltes, sombras, blush, cílios, roupas combinantes etc. O tal padrão de beleza tem uma estética e essa estética é visual. Nossa sociedade é visiocêntrica (Joana Belarmino), o que é consagrado no ditado: uma imagem diz mais do que 1000 palavras. Mas quem disse que sempre foi assim? Essa estética, esse padrão, essa beleza é uma construção social.

E as pessoas que são cegas, então, não teriam uma estética? As mulheres cegas não poderiam se maquiar? Enganam-se quem pensa assim. Basta assistir no YouTube® vários canais de meninas cegas ensinando para pessoas com e sem deficiência a fazer *selfmaker* (automaquiagem). A estética também está ligada aos outros órgãos do sentido. Ela não é somente visual.

Algumas perguntas já vêm questionando essa situação: será que quem vê realmente vê e quem não vê realmente não vê? Por que enquadrar o sujeito cego no mundo de quem enxerga no ato criador quando quem enxerga é cego no ato criador? Por que abrir o olho do cego quando quem enxerga fecha o olho para criar?

Estética é criar, é criação. Criação é ação inerente ao ser humano independentemente da sua condição. Todos os seres humanos são criadores, logo todos os seres humanos produzem a sua estética com as possibilidades que têm.



Confortavelmente cego (ou claridade viva)

Eu tenho uma trajetória muito interessante em relação à deficiência. Mas muito comum entre as pessoas com baixa visão. Nasci com deficiência, mas só fui saber que possuía uma deficiência aos 20 anos, já na metade do curso de História. Até então, viva triste entre os cantos, usava roupas com cores pouco chamativas, andava com o pescoço dobrado, pouco falava em público e achava que todos enxergavam igual a mim, quando, por causa de uma consulta oftalmológica, descobri que, na verdade, nem todos enxergavam como eu, mas muitas pessoas enxergavam parecido: eram pessoas com baixa visão. Assim, entrei no “mundo” da pessoa com deficiência.

Essa mudança não me trouxe nenhuma tristeza, pelo contrário, muita alegria. Passei a usar roupas coloridas, passei a falar em público, comecei a andar com o pescoço reto. Na verdade, havia encontrado a minha identidade (que não é estática). Posso dizer que foi a melhor mudança que aconteceu na minha vida. E não me faltam casos de inspiração para isso.

Mas tem uma questão que incomoda não a mim, mas aos outros que enxergam. É muito comum até hoje me perguntarem se não tem cura, se não tem como fazer cirurgia, se estou feliz enxergando pouco. A primeira premissa é: não estou à espera de um milagre. E quem disse que eu quero enxergar com ambos os olhos? Existem muitas belezas que não se vê (com os olhos). A segunda me faz lembrar um texto de Diderot, de 1759, o qual fala que quem se preocupa com a cegueira não é o cego, mas quem enxerga. A terceira é que enxergar não é tudo, rompendo com o ditado de que uma imagem diz mais que mil palavras. Vivemos em um mundo visiocêntrico (Joana Belarmino), esquecendo que existem outros órgãos do sentido, outras vivências/experiências que a ditadura da visão da sociedade contemporânea nos priva.

Por isso, certa vez escrevi uma poesia (já postada no Facebook) com o mesmo título dessa provocação: **confortavelmente cego (ou claridade viva)**.

Fixe os seus olhos nos meus
E veja
Que não preciso de piedade.
Eu não vejo como você,
Mas veja!
Eu “sinto” o mundo mais que você.
Com a delicadeza dos dedos,
Com um simples toque,
Eu posso sentir a beleza d’alma
Quem foi que disse que precisa
Enxergar para ser feliz?
Eu não uso o seu verniz.
Eu tenho cicatriz,
Mas cuidado!
A minha natureza não é morta,
Ela está viva.
Andrea’s, Steve’s e Ray’s
Já comprovaram.
Por isso, seguirei...
Confortavelmente cego.



Baixa visão: cego ou enxerga?

Em 2014, escrevi um artigo semelhante sobre esse tema. Também já li outros dois artigos a respeito, sendo um da professora Almaralian. A questão da baixa visão surge nas décadas de 1970-1980 para diferenciar aqueles que são cegos daqueles que enxergam, mesmo com muitas dificuldades. Ou seja, deveriam receber um olhar diferenciado (social, clínico e pedagógico), pois conseguiam ler em tinta e não, obrigatoriamente, em braille.

Com o tempo, essa diferenciação foi se tornando mais evidente. Há estimativas de que a população com deficiência visual, no Brasil, é composta por 70% de pessoas com baixa visão e 30% de pessoas cegas. Junto com os números, foi se criando uma determinada identidade mais próxima de quem enxerga. Algumas vezes, até uma separação da cegueira. Como somos dominados pela visão, estar mais próximo de quem enxerga traz mais “benefícios”. De fato, ler livros, usar a ampliação, caminhar com um pouco mais de autonomia.

Porém, me pergunto: a que preço? Há um esforço visual, que, no meu caso, levou a duas hérnias de disco e duas tendinites no braço direito. Quando me descobri como pessoa com deficiência visual (já tinha 20 anos), logo estudei o braille, a orientação e mobilidade, o soroban e as atividades da vida diária (como dizia antes). Depois, comecei a usar essas orientações na vida, o que me ajudou bastante. No entanto, o império da visão ainda continuou.

Então, comecei a fazer a reflexão, depois de uma resposta de uma colega cega: porque se distanciar da cegueira? As ferramentas utilizadas por cegos podem nos ajudar muito. A questão não é somente se enxergo ou não, mas se tenho conforto visual para realizadas determinadas atividades ou não. O que adianta enxergar e ter um esforço hercúleo para tanto? Isso não seria também uma forma de capacitismo? Um capacitis-

mo “para cima”. Para nos “igualarmos” a quem enxerga, somos levados, cobrados a “desgastar” o corpo com mais rapidez. Pratica-se sobre a pessoa (ou ela mesma) uma certa crueldade que não se percebe.

Estou observando isso agora, quando chego aos 40 anos, mais experiente, mas também mais cheio de lesões em função dessa atitude. É um tema polêmico, bem sei, mas é bom provocá-lo. Considero, olhando a minha trajetória e de outros colegas, que nós, pessoas com baixa visão, deveríamos nos aproximar mais da cegueira do que quem enxerga.



COVID-19: a chance de aprender que outra escola é possível

Estamos enfrentando a pandemia do COVID-19 e muita coisa tem sido dita. Entre informações confiáveis e *fake news*, uma certeza: não sairemos dessa experiência da mesma forma que entramos. A natureza está nos dando a oportunidade de refletir e mudar nossa relação com o planeta e com as pessoas. Como exemplo, temos as ações solidárias para com os profissionais de saúde e os relatos sobre rios menos poluídos.

Mas, e as escolas? Estão aprendendo com esse momento e alterando suas práticas? Tenho observado escolas, redes e sistemas de ensino promoverem aulas ou atividades complementares por meio da tecnologia digital. Mas tudo engessado como antes. O currículo fechado (conteudista), e não definido por professores e alunos, continua sendo seguido, com disciplinas distanciadas umas das outras.

Historicamente, a escola foi ganhando características que levaram à sua homogeneização, como a organização idade/série (seriação), os currículos e formações fechados de acordo com a “maturidade” do aluno, para garantir certo “ritmo escolar”.

Considerando o COVID-19, o Conselho Nacional de Educação (CNE) poderia ter contribuído para repensar a escola, o currículo e os dias letivos. Mas, apesar de algumas flexibilizações, os conselheiros autorizaram as atividades não presenciais à distância para todas as etapas de ensino. Isso inclui (pasmem!) a possibilidade de aplicação de provas! Tudo para que o currículo seja cumprido. Nas palavras do relator do Parecer, Eduardo Deschamps, “muito além da carga horária, o principal é que se consiga cumprir os objetivos de aprendizagem previstos no currículo e na Base Nacional Comum Curricular”.

O momento exige da escola outra postura. Estamos em uma quarentena e a saúde emocional é requerida de pais, alunos e professores. Quem de nós não tem um parente em grupo de risco? Há muitas pessoas infectadas e tantas outras vitimadas pelo vírus. E isso afeta a todos. Muitas crianças já apresentam quadros de irritabilidade, causados até por dificuldades relativas ao uso da tecnologia.

Será que o que mais importa é considerar a matéria dada, mesmo que isso prejudique a já tão difícil rotina das famílias, especialmente durante a pandemia? Tenho certeza que muitas delas estão “se virando” para conciliar atividades domésticas, trabalho, cuidados com a saúde, em relação aos filhos e suas questões escolares, com os idosos próximos, e ainda quanto aos cuidados para evitar o contágio.

O importante é que tudo o que estamos vivendo nos sirva de lição para o hoje e o amanhã. Quando retomarmos a rotina, que a experiência escolar não seja conteudista, fechada e fora da realidade de tantas crianças. Que seja possível trabalhar temas como cidadania, família, direitos, relações, práticas ligadas à aceitação de diferenças (para combater o *bullying*), entre outros. Essa é a chance que a escola tem de aprender que outra escola é possível, sem esquecer que a atividade escolar é, sobretudo, coletiva. Não podemos perdê-la.



COVID-19: por que as pessoas com deficiência não contam?

Há tempos as pessoas com deficiência são consideradas “descartáveis”. Lilia Lobo (2012), em *Os Infames da História*, nos conta um pouco da história de pobres, escravos e deficientes no Brasil até a primeira metade do século XX. Desde aquela época, os “corpos desviantes”, aqueles que não serviam, eram deixados à margem.

No Império, surgiram as primeiras instituições “especializadas” para “cuidar” dos que eram considerados um fardo social. Corpos apagados e silenciados sempre. A partir da Revolução Industrial, foi preciso começar a considerar a produtividade dos que representavam a “menos valia”, e diferenciar os “treináveis” dos “não treináveis”. Em todos os casos, esses corpos eram apagados e silenciados.

A partir do início do processo de inclusão social (inclusive escolar), houve tentativas de trazer protagonismo a essas pessoas. Não eram mais as pessoas com deficiência que tinham que se adaptar à sociedade (e à escola), mas o contrário.

Entretanto, estudos mostram que essa realidade tem avançado pouco ou muito lentamente. As pessoas com deficiência continuam vistas como incapazes pela grande maioria das pessoas. Seguem invisibilizadas e sofrendo todo tipo de preconceito e discriminação.

Essa é uma realidade que o Coronavírus (COVID-19) apenas agravou. Escancarou vulnerabilidades sociais como a desigualdade econômica. Outro desses sinais é a falta de inclusão, nos dados oficiais, de informações relativas a pessoas com deficiência mortas ou infectadas pelo COVID-19. A ausência desses dados é comum em todos os níveis governamentais no país.

Vale ressaltar que nos painéis-covid dos estados e do Ministério da Saúde é possível encontrar informações estratificadas por sexo, raça, tipo de comorbidade, bairro de residência (análise socioeconômica), se é profissional de saúde, entre outras. No entanto, mesmo que se saiba, informalmente, de pessoas com deficiência que estão infectadas ou que faleceram devido ao vírus, elas seguem oficialmente invisíveis. O estado do Espírito Santo se destaca com a recente Lei nº 11.130/2020 sancionada pelo Governo do Estado e que inclui os capixabas com deficiência no grupo prioritário.

Essa ausência de informações e diagnósticos específicos, já alertada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela Organização Mundial da Saúde (OMS) no início da pandemia, dificulta consideravelmente a realização de pesquisas e análise de dados; além da elaboração de políticas públicas direcionadas.

Enfim, enquanto não conseguimos elaborar nada oficialmente direcionado a esse público, para durante a pandemia ou depois dela, ouvimos relatos de pessoas cegas que não recebem ajuda devido à necessidade de contato e de pessoas surdas que não conseguem fazer leitura labial por causa da necessidade do uso de máscaras.

Muitas perguntas seguem sem respostas:

Como estão as pessoas com deficiência no retorno ao trabalho, após a flexibilização das atividades não essenciais?

Como será o retorno ao cotidiano escolar para esse público?

A quem interessa que as pessoas com deficiência continuem a não contar?

Por que não há dados sobre essas pessoas em um momento tão crucial para todos?

Se a necropolítica e o capacitismo não param, até quando continuaremos inertes?



Acessibilidade e o sistema prisional

Em um post recente, escrevi sobre acessibilidade, que tem que ser completa, vista como política pública, com um olhar multidimensional, também um direito humano para todas e todos e não restrito somente às pessoas com deficiência.

Normalmente, quando falamos de acessibilidade, nos referimos a espaços como escolas, universidades, ruas e avenidas, espaços públicos e/ou de uso coletivo. Também falamos de acessibilidade digital, como audiodescrição, intérprete de Libras, quebra de barreiras contra a discriminação e preconceito. No entanto, muito pouco ou nada se fala a respeito dos espaços prisionais. É como se aqueles que lá se encontram fossem “punidos” duplamente, ou seja, por terem cometido um delito, um crime, e estão “pagando” pelo que cometeram, além de não terem garantia de direitos como a acessibilidade, que é um direito humano.

Há alguns anos, esse tema me chamou a atenção quando assisti a uma reportagem a respeito. Um preso cadeirante que reclamava das condições de acessibilidade do local no qual estava preso, o que impossibilitava o mesmo de ter, por exemplo, banho de sol constante, a não ser quando era carregado pelos colegas. Depois daquela reportagem, não vi ninguém tocar no assunto, nem mesmo entre aqueles que defendem os direitos das pessoas com deficiência.

É evidente que, mesmo aqueles que cometeram um delito, um crime, devem ter os seus direitos garantidos. Por isso, é necessário pressionar as autoridades e gestores dos sistemas prisionais para se pensar em espaços com acessibilidade, como celas, banheiro, mobilidade interna etc. Uma pessoa com deficiência também pode cometer crimes, infelizmente, e a ela deve ser garantido o direito de acessibilidade. As prisões e presídios devem estar organizados para tal. Isso serve até para quebrar os mitos de que todas as pessoas com deficiência são boas,

anjos, vítimas da caridade. E não é demais lembrar: a acessibilidade não é somente para as pessoas com deficiência, mas para todas e todos.

Mais uma provocação. Até a próxima.



Volta todo mundo ou não volta ninguém

No dia 07 de julho, fomos surpreendidos com a aprovação do Parecer nº 11/2020, do Conselho Nacional de Educação, que trata das orientações Educacionais para a Realização de Aulas e Atividades Pedagógicas Presenciais e Não Presenciais no contexto da pandemia do coronavírus. O texto diz que houve colaboração de instituições nacionais, além de especialistas e entidades da sociedade civil. Sou professor universitário e pessoa com baixa visão e não fiquei sabendo de ninguém que foi consultado para a elaboração desse Parecer. Parece-me pouco democrática a aprovação de um Parecer sobre um assunto tão importante nesse momento. No mínimo, foge ao lema caro à defesa dos direitos das pessoas com deficiência: “Nada sobre nós sem nós”.

Remetendo-nos ao texto, o mesmo aborda a possibilidade de retorno às aulas presenciais, respeitando os protocolos sanitários e apontando a possibilidade de se considerar atividades não presenciais em articulação com atividades presenciais. Além disso, o Parecer recomenda a flexibilização da frequência escolar presencial em determinados casos.

Nesse sentido, destaca as “orientações para o Atendimento ao Público da Educação Especial”. Entre outros pontos polêmicos, destaca um conjunto de condições que determinam que o estudante da Educação Especial deve ser privado de interações presenciais. Literalmente, são listados: alunos surdos sinalizantes não podem usar máscaras; estudantes que necessitam do profissional de apoio escolar; estudantes cegos precisam de contatos diretos para locomoção; alunos com deficiência intelectual, autismo que podem apresentar dificuldades em atendimento de regras; estudantes com síndromes e/ou os que apresentam disfunções da imunidade, cardiopatias congênitas, doenças respiratórias e outras que podem ser suscetíveis a maior risco de contaminação; e estudantes com deficiência física por lesão medular ou encefalopatia crônica. Ao fim e ao cabo, não sobra quase ninguém.

O que está por trás desse entendimento equivocado do alinhamento automático da deficiência com a condição doença? É evidente que a contaminação pelo COVID-19 em uma situação de ensino presencial será arriscada a todos que frequentam o ambiente escolar, com ou sem deficiência. Além disso, a situação de ensino não presencial desconsidera as dificuldades técnicas, a ausência de acessibilidade e as desigualdades sociais enfrentadas por famílias e alunos.

Por isso, apresento alguns aspectos: a volta só deve acontecer após a vacina, por ser a situação mais segura; os protocolos são importantes para o planejamento, porém muitos não são praticáveis, além de não poderem ser pensados e aplicados uniformemente, uma vez que as realidades são muito diversas dentro do mesmo sistema ou rede; as redes e os sistemas não estão organizados para receberem os alunos de acordo com as orientações da OMS; o ensino remoto não é o melhor caminho, pois leva à substituição da mediação do professor; deve ser realizado um trabalho intersetorial, visto que a educação não conseguirá resolver sozinha essa situação tão complicada; o ano letivo de 2020 deve adentrar o ano cívico de 2021; e, por fim e, acima de tudo, **OU VOLTA TODO MUNDO OU NÃO VOLTA NINGUÉM!**



O que eu considero importante sobre acessibilidade digital e comunicacional em *lives*, *webinares*, eventos virtuais e similares

- 1) Descrição da imagem do folder ou banner digital;
- 2) Envio, aos palestrantes, de orientações sobre como produzir uma apresentação de slides acessível;
- 3) Buscar uma plataforma mais acessível possível;
- 4) Ter legenda, libras e audiodescrição durante as apresentações;
- 5) Ler os slides sempre que tiver pessoas com deficiência visual assistindo;
- 6) Trabalhar sites com acessibilidade seguindo o W3C;
- 7) Pensar na acessibilidade dos palestrantes, caso precisem;
- 8) Trabalhar com profissionais para valorização do trabalho e um trabalho com qualidade;
- 9) Saber que, em algum momento, pode haver conflitos de acessibilidade;
- 10) Planejar, trabalhar com antecipação, para saber quantas pessoas precisarão de acessibilidade e em que lugar/espço/sala estarão (facilita para a equipe de apoio);
- 11) Desde a inscrição, perguntar às pessoas se possuem alguma deficiência, qual é, e de que auxílio poderão necessitar;
- 12) Trabalho com atividades ao vivo, mas também gravadas, o que ajuda no planejamento e no tempo de organização da equipe de apoio.

Uma pequena contribuição do que já vivi e assisti.



Por uma nova educação das pessoas com deficiência

A defesa desse título, em si, em momentos difíceis, mas não impossíveis, é, ao mesmo tempo, um ato de sonhar, resistir e anunciar. Sonhar que se junta a lutar e conquistar. Essas palavras, nesta obra, se traduzem na defesa pelo direito à educação. Em outras palavras, a inclusão de TODOS e TODAS os alunos na escola, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais; independente das condições orgânicas.

Ainda hoje, com os riscos de retrocesso que se avizinham na Educação Especial, precisamos REAFIRMAR tal princípio com todas as FORÇAS. Precisamos vencer essa batalha real e discursiva! A realidade vem mostrando, no entanto, que o ACESSO não basta para a PERMANÊNCIA! É preciso garantir o direito à aprendizagem por meio de PRÁTICAS INCLUSIVAS.

A questão é que todas as crianças devem ser educadas utilizando, para isso, os “caminhos indiretos”. Esse pressuposto vem de encontro com o que encontramos na sociedade, que hierarquiza, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior, as pessoas em função da capacidade ou incapacidade, o que é materializado em discriminação e preconceito, o capacitismo. Temas sobre os quais versam muitos dos relatos, a exemplo dos apelidos, da infantilização, agressões verbais e físicas.

São corpos desviantes do que estava “planejado” para estar ali. Por isso, medicalização! Produzem deficiências! Querem corpos dóceis. O social vence o biológico. É preciso dizer em alto e bom som: **OUTRAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS SÃO POSSÍVEIS!**

Necessitamos mudar as estruturas para que esses alunos realmente aprendam, sejam empoderados, tenham autoria, construam as suas identidades. Desafios que nos fazem refletir sobre a necessidade de (re)fazer uma outra Educação Especial, que não seja mais especial.

Simple: **EDUCAÇÃO!** Educação das pessoas com deficiência, educação para os Direitos Humanos, por exemplo. Há vida além da Educação Especial. Precisamos pensar, com uma certa urgência, novas práticas, novas abordagens, novos temas, novos sujeitos na educação das pessoas com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Um primeiro passo para mudança é OUVIR, para além dos discursos, as pessoas com deficiência; antes de tudo, suas subjetividades, suas opiniões, gostos e sentimentos. Não mais como objetos de estudo, porém como SUJEITOS de sua vida, de sua ação cotidiana, de pesquisa. **ABERTURA PARA OUTRO DIFERENTE DE MIM** é, em tempos modernos, uma pedagogia revolucionária. Dessa forma, chegamos a duas considerações: 1) **O ALUNO É O NOSSO MELHOR PROFESSOR!**; 2) **PRECISAMOS TRABALHAR O HUMANO EM PRIMEIRO LUGAR!**

Acredito que uma **OUTRA EDUCAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA É POSSÍVEL. UMA EDUCAÇÃO COM MENOS PRÁTICAS E ATITUDES CAPACITISTAS QUE AINDA É, DIRETA OU INDIRETAMENTE, PRATICADA POR PROFESSORES E PESQUISADORES DA ÁREA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.**

Devemos nos manter na expectativa de pautar nosso trabalho numa perspectiva **HUMANIZADORA e EMANCIPADORA** dos sujeitos. Em primeiro lugar, **A PESSOA**. A pessoa que está em condição de deficiência imposta pela sociedade, mas que, além disso, **PERTENCE A UMA CLASSE SOCIAL, A UM GÊNERO, POSSUI UMA ORIENTAÇÃO SEXUAL, UM RAÇA/ETNIA, PARTICIPA DE UMA FAMÍLIA, OU SEJA, É UM SER HUMANO INTEGRAL.**

Uma nova fase da educação que garanta o **DIREITO À APRENDIZAGEM DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, À ACESSIBILIDADE EM SUAS MÚLTIPLAS DIMENSÕES, E O RESPEITO ÀS SUAS VONTADES, SUBJETIVIDADES, DENTRO DO DIREITO À EDUCAÇÃO.**



Novo Fundeb e os desafios da educação

Mesmo no difícil cenário em que vivemos com a pandemia do novo coronavírus, o ano de 2020 é decisivo para o futuro da educação brasileira. Isto porque, em 31 de dezembro, encerra-se a validade do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), que é a principal fonte de financiamento do setor. Sem ele, vale destacar, torna-se impraticável a sustentação e o aperfeiçoamento da educação no Brasil, em diferentes níveis. Nesse momento, tramita no Senado Federal a Proposta de Emenda Constitucional (PEC nº 26/2020), aprovada em julho na Câmara dos Deputados.

Objetivamente, a proposta a ser votada amanhã no Senado prevê tornar o fundo permanente e aumentar a participação da União em relação aos investimentos nos ensinos Infantil, Fundamental e Médio. O Fundeb, assim como o Sistema Único de Saúde (SUS), constitui uma das principais e mais universalizadas políticas públicas do Brasil. A elaboração da PEC nº 26 mereceu amplo debate com a sociedade, em mais de 50 audiências abertas, e conta com amplo apoio de governadores, prefeitos, secretários de educação, e de entidades científicas e sindicais.

O relatório aprovado na Câmara, produzido pela deputada Professora Dorinha (DEM-TO), traz um conteúdo consistente e que foi construído por várias mãos. Nele, destaca-se o aumento da participação da União no Fundo, com a elevação do percentual de 10% para 23%, sendo que 2,5% serão destinados às redes de ensino que alcançarem evolução de indicadores, de acordo com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Sinaeb). Prevê, também, a utilização de, no mínimo, 70% dos recursos para pagamento de profissionais em exercício da educação básica, e inclui o Custo Aluno-Qualidade (CAQ).

Construído por pesquisadores especializados em financiamento da educação, o CAQ assegura um padrão mínimo de qualidade, por meio da

medição de insumos elementares como internet, quadras poliesportivas, banheiros adequados, laboratórios de informática e ciências, formação e valorização de professores e aumento do número de matrículas, incluindo as que se destinam aos alunos da Educação Especial. Assim, o CAQ irá melhorar os indicadores de gasto educacional, e o aprimoramento das regras de fiscalização, avaliação e controle das despesas públicas.

O mecanismo também deverá contribuir para a diminuição das desigualdades sobre as condições de oferta de educação nas redes e instituições de ensino. O senador Flávio Arns (Rede-PR) é o relator da PEC, e seu texto já foi apresentado para ir à votação. Há expectativa na sociedade para que a proposta seja aprovada, e que seja assegurada a permanência do Fundeb em caráter definitivo, sobretudo nesse cenário de crise em todos os setores, ocasionada pela pandemia do COVID-19, e que compromete o futuro da educação brasileira. Este é um primeiro desafio. A sociedade e especialmente os educadores confiam na sensibilidade e no compromisso de nossos parlamentares.



Unificar na luta contra discriminação, preconceito e exploração

Voltando à Série Provoações, hoje escrevo para além de assuntos relacionados às pessoas com deficiência, mas sem me afastar completamente deles.

No ano de 2020, completo 30 anos de participação em movimento sociais. Comecei nas Comunidades Eclesiais de Base - CEBS, participei do movimento estudantil, atuei na política, contribuí com os movimentos: sindical, ambiental e negro. A grande parte foi na militância no movimento das pessoas com deficiência. Nesse mesmo tempo, cada um ou grupo lutando por suas questões específicas, por formação de identidades próprias. Não que elas não sejam necessárias, mas vejo que, isoladas, acabamos nos enfraquecendo na luta coletiva, e o que é pior, fortalecendo os grupos dominantes que nos excluem ou incluem de forma excludente. Certa vez, li, em *Condenados da Terra* (Frantz Fanon), a respeito da prática de “dividir para dominar” dos europeus em relação à colonização da África.

Se ficarmos somente os negros lutando contra o racismo, as mulheres contra o machismo, as pessoas com deficiência contra do capacitismo, os homossexuais contra a homofobia, e daí por diante, penso que avançaremos pouco. Precisamos sair do momento “econômico-corporativista”, como dizia Gramsci. Tomando a mesma linha de raciocínio do autor, devemos colocar o problema da unificação das classes subalternas como uma contribuição à unificação do gênero humano.

Assim, como projeto político alternativo que dará sentido à luta, precisamos nos unificar na resistência contra o que nos é comum: discriminação, preconceito e exploração. É certo que cada um, individualmente, ou em grupo, do ponto de vista coletivo, vive esses três eixos de forma diferente, porém, o pressuposto, o princípio, assim como o resultado final,

é o mesmo: manter-nos subalternos, com uma história existente, mas desagregada, e impossibilitados de buscar a condição de dirigentes de um outro mundo possível.

Essa tarefa de unificação é tão urgente quanto difícil, mas precisamos barrar o avanço conservador pelo mundo e construirmos pontos, pontos em comum para avançarmos. É um trabalho realizado pelas lideranças, mas com e desde os grupos subalternos, pois, caso contrário, essa guinada conservadora em meio a uma pandemia ceifará muitas de nossas vidas, além da inúmeras que já temos contabilizadas.

Até a próxima provocação.



Não precisamos ser colocados em “caixas” e guetos

É muito comum eu ouvir perguntas sobre as características de pessoas com uma determinada deficiência, como se existisse uma essencialidade. Toda pessoa surda é assim, ou todo autista é assim. Em primeiro lugar, é preciso deixar bem evidente: essa tal “essencialidade” não existe. Somos sujeitos históricos, únicos e inacabados, portanto, em transformação. O que somos tem muito a ver com o que vivemos no passado, as experiências do presente, as reações sociais construídas ou em construção. Assim, não existe uma pessoa igual a outra (ninguém vive a mesma vida, do mesmo jeito).

E isso vale também para as pessoas com deficiência. Até porque primeiro somos **pessoas** e a “lesão” é um atributo, uma qualidade assim como ter pele branca ou negra, cabelo castanho ou preto. A deficiência vem do contato com as barreiras que a sociedade impõe à nossa convivência.

No entanto, é muito comum verificar pessoas com deficiência falando apenas delas. Parece-me uma conversa “egoísta” para se proteger, como se a pessoa só olhasse para si. Mas isso se torna uma armadilha. Caímos naquilo que a sociedade quer e vem fazendo ao longo dos séculos: prende-nos numa caixinha, em um gueto, e de lá temos poucas chances de sair. A especificidade pode existir, mas esta deve vir acompanhada do geral.

Ficamos produzindo material somente para as pessoas com deficiência, ou, do material geral, só ficamos olhando para aqueles específicos sobre a deficiência. Temos os guetos: educação especial, educação física adaptada, tecnologia assistiva, psicologia dos excepcionais etc. E, dessa forma, as instituições privadas especializadas em algum tipo de deficiência e historicamente fortalecidas, assim como as pessoas com

deficiência, são contadas como números para fins de financiamento. É o cifrão e não as pessoas.

Na verdade e na prática, somos seres integrais, ou seja, que possuímos uma “lesão”, porém somos também negros, brancos, mulheres, homens, gays, trans, pais e mães, trabalhamos. Não somos somente alunos com deficiência para serem pesquisados nas escolas. Somos pessoas e podemos/devemos falar de outros assuntos, ter práticas que não nos restrinjam, ultrapassarmos os limites que nos impõem e que absorvem. Vamos combinar, os limites são flexíveis e cada um de nós colocamos os próprios limites.

Vamos pular das caixinhas, sair dos guetos, “explodir as grades e voar” (novos horizontes - Engenheiros do Hawaii). Lutar contra as velhas barreiras e fazer novas conquistas. Lembrar que antes de tudo somos **pessoas**.

Até a próxima provocação.



Políticas públicas para as pessoas com deficiência do ponto de vista das pessoas com deficiência

No dia de hoje, comemora-se o Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência, dia 21 de setembro. Esse também é o dia da árvore. Esse dia foi escolhido com o propósito de representar o nascimento e a renovação, tal qual o início da primavera, estação conhecida pelo aparecimento das flores. Dessa forma, é trazida uma reflexão importante e pertinente.

De largada, gostaria de dizer que o que estará escrito não significa dizer que somente as pessoas com deficiência sabem sobre si e que as pessoas sem deficiência não entendam sobre as questões da deficiência. Quero apenas reforçar, de um modo, o lema muito caro para o movimento social ligado às pessoas com deficiência que vem desde a década de 1980: “nada sobre nós sem nós”.

É muito comum uma ação pública, no caso uma política pública, “esquecer” de consultar as pessoas com deficiência. Por exemplo, em uma obra sobre mobilidade, a acessibilidade, quando é pensada, é incluída sem saber se, realmente, aquela obra, do jeito que foi construída, atende as pessoas com deficiência. Em consequência dessa falta de validação, acaba-se construindo sem que, na prática, atenda às necessidades das pessoas com deficiência. Esse exemplo pode ser replicado para diversas áreas como educação, saúde, assistência, transporte, entre outras.

Quando olhamos para uma política pública sem o ponto de vista das pessoas com deficiência, somos vistos como pessoas com “problemas”, “incapacidades”, “limitações”, “impedimentos”, mesmo para aqueles que trabalham com a questão da deficiência. É olhar a pessoa com deficiência do ponto de vista da pessoa sem deficiência, ou seja, do ouvinte, do vidente, daquele que é “normal”. Nesse sentido, mantém-se o que vem acontecendo há séculos: somos medidos por um padrão de normalida-

de, normatização, materializado no homem vitruviano de Leonardo da Vinci. Tudo que foge desse padrão é “imperfeito”.

Precisamos virar esse jogo e, em sintonia com a proposta do Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência, pensar e agir para o nascimento e a renovação de políticas públicas que levem em conta o ponto de vista das pessoas com deficiência. Essa virada de jogo começa com empatia, alteridade de se colocar no lugar do outro diferente de mim. Que passa por validar com as pessoas com deficiência os projetos e ações antes de executá-los... Que, antes de executar, pare e pense que uma pessoa com deficiência poderá precisar daquele serviço, equipamento... Que, acima de tudo, as pessoas com deficiência possam ser ouvidas. E, por fim, que inclua nas equipes de trabalho pessoas com deficiência, a fim de que possam contribuir para a construção de políticas públicas que as atinjam direta e indiretamente. No Espírito Santo, temos as redes federal, estadual e privada que formam, anualmente, pessoas com deficiência nos níveis médio, superior e profissionalizante.



Capacitismo e a (falta de) acessibilidade

Depois de um tempo parado com a Série Provoações por causa de um breve e necessário repouso, mas também do ativismo nas políticas públicas em defesa de uma Educação Especial na perspectiva inclusiva, volto para falar de dois temas que estão sendo muitos discutidos, mas separadamente.

Capacitismo, em poucas palavras: discriminação e preconceito contra as pessoas com deficiência por causa de sua deficiência. Questionar, negar ou supervalorizar suas “capacidades” em função da sua deficiência. Acessibilidade. Com o isolamento e com o trabalho remoto, nunca se viu tanto falar de acessibilidade, tecnologia assistiva e promoção de acessibilidade em *lives*. Sinceramente, aposto que sairemos desse momento de forma melhor do que entramos em relação e esse tema. Mas paramos para pensar de que acessibilidade estamos falando? A falta de acessibilidade ou a acessibilidade restrita não seria uma ação capacitista?

Entendo acessibilidade no seu sentido mais amplo, em vários aspectos. Primeiro, além de uma tecnologia, um instrumento, um recurso humano, como os intérpretes de Libras. Acessibilidade é atitude, é visão de mundo, é a forma como eu encaro a mim mesmo e os outros, é pensar em todas as áreas (comunicacional, instrumental, programática, digital, pedagógica, metodológica etc.). Lembrar também que acessibilidade é uma ação estética. Em segundo lugar, acessibilidade é um direito humano, é a diferença entre o fazer e o não fazer, assistir e não assistir, ter saúde e educação ou não. Portanto, por falta de acessibilidade, as pessoas com deficiência não conseguem a fruição de seus direitos. Uma ação que requer atitude do poder público, de atividades coletivas, da iniciativa privada e de cada um.

Em terceiro lugar, acessibilidade não está associada apenas às pessoas deficiência (apesar de serem as mais beneficiadas com sua existência ou prejudicadas com sua ausência), mas deve ser um princípio para todas e todos, independentemente da condição de deficiência. É Desenho Universal. É pensar também no obeso, em quem está carregando um carinho de bebê, na mulher que usa salto, em quem tem dislexia, discalculia, dificuldade de aprender, em que se machucou e está, temporariamente, andando de muletas ou cadeira de rodas, em quem usa óculos pelo avançar da idade, ou mesmo que um dia poderá vir a se machucar. Aliás, conheço de história que, por falta de acessibilidade, uma pessoa caiu e quebrou o nariz.

Portanto, a ausência de acessibilidade é negar a “capacidade” de todas e todos. É achar que uma pessoa com ou sem deficiência não vai assistir à minha *live*, logo não preciso me importar com uma audiodescrição, com Libras, com legenda, por exemplo. Mas, se pensarmos acessibilidade apenas em um aspecto mais restrito, estaremos sendo capacitistas quando, por exemplo, só encontramos intérprete de Libras e esquecemos dos surdos oralizados, dos cegos, das pessoas com baixa visão, com deficiência intelectual, dos transtornos de aprendizagem. Se tem intérprete, está bom, minha *live* é acessível. Intérprete de Libras não é sinônimo de acessibilidade. Fazendo isso, estaremos hierarquizando os grupos de deficiência, ou seja, esse vai assistir ou tem mais chance de assistir do que aquele. Como se dizia na década de 1970, esse é mais “treinável” do que aquele. Precisamos acabar com essa “ortopedia” que quer moldar os corpos e produzir segundo essa determinada “ortopedia”.

Ao fim, precisamos pensar em acessibilidade nos seus sentidos mais amplos, para irmos diminuindo nossa ação capacitista na sociedade.

Até a próxima provocação.



Só o excluído sente o que é a exclusão

Inspirado por uma frase que li sobre a percepção da exclusão, mas também pela indignação de 30 dias após o Decreto nº 10.502 do governo Bolsonaro, que retorna com as classes e escolas especiais para pessoas com deficiência, resolvi escrever este texto.

Gramsci escreveu: “o elemento popular “sente”, mas nem sempre compreende ou sabe; o elemento intelectual “sabe”, mas nem sempre compreende e, menos ainda, “sente” (GRAMSCI, 2004, p. 221). Muitos falam da exclusão, sabe o que é, mas só quem vive sente o que é. Como pessoa com deficiência, esse Decreto me doeu na alma. Não somente como pesquisador e ativista, mas, principalmente, como pessoa.

Como pessoa com deficiência me dói, e chegam a me paralisar as atitudes capacitistas que sofri, sofro e as que ainda sofrerei. As injustiças que vivi e que vi outros passarem na minha frente me dão força para, hoje, com mais maturidade, entender o que vivi, mas também de me colocar no lugar do outro, daquele que sofre outros tipos de discriminações e preconceitos.

Como diz a famosa frase, “aquele que apanha nunca esquece”, muitas vezes, aquele que bateu nem percebe. Por isso, lutarei com toda a minha força e energia contra esse Decreto, porque não considero ser normal alguns viverem enclausurados em uma escola ou classe. Todos têm o direito de ser o que querem ser, mas, para isso, devem receber todas as condições objetivas e subjetivas para alcançarem o que querem; e a classe comum em uma escola comum é uma delas.

Aquele que não sofre a dor da exclusão não sente, mas poderia saber, ouvir, escutar o outro. Na escola, ainda temos muito que aprender a ouvir e escutar os nossos alunos com deficiência e suas famílias. No processo de inclusão escolar, precisamos avançar muito, mas, para mim, é o único caminho.

Passei por vários processos de bullying e capacitismo, inclusive na faculdade, inclusive como professor universitário. Foi doloroso (e ainda o é), mas não trocava por nenhum tipo de segregação. Por falta de uma educação que olhasse minha condição, desenvolvi duas hérnias de disco e uma tendinite no cotovelo direito. Mas a dor física passa, aprendemos a conviver, porém, a dor psíquica não esquecemos. Podemos perdoar, mas não se esquece.

Esse Decreto parece embolar, ludibriar as coisas, enganar as pessoas mesmo, quando diz que estão ampliando o direito (quando, na verdade, é tirando) pelo fato do tal “direito de escolha”. Na verdade, isso é uma mentira, pois se está buscando “lavar as mãos” do Poder Público e substituir a classe comum onde todas e todos podem aprender o que a humanidade reuniu de conhecimento. Como diz a nota do atual Ministro da Educação na apresentação da política: “Nós, servidores do Ministério da Educação e do Governo Federal, nos sentimos honrados ao entregar esta Política Nacional de Educação Especial”. Será que esses servidores ouviram mesmo as pessoas com deficiência e suas famílias? Será que eles sentem a dor da exclusão para propor, em pleno 2021, uma proposta dessas?

Precisamos avançar na qualidade da inclusão escolar, mas com um olhar para frente e não para trás, o que já se comprovou, com pesquisas, que deu errado. Se não lutamos com todas as nossas forças, em todos os nossos campos de atuação, podemos voltar a um relato (1933) de Gramsci de que, quando criança, certa vez (por volta de 1900) foi a casa de uma mãe que o convidou para ir a um certo lugar. Quando chegou, logo avistou “[...] Uma construção que devia servir de chiqueiro, com um 1,20m de altura, sem janelas ou aberturas, unicamente com uma pesada porta de entrada. Abriu a porta e logo se ouviu um uivo bestial, lá dentro estava seu filho, um rapaz de 18 anos, de compleição muito robusta, que não podia ficar em pé e, por isso, estava sempre sentado e saltitava com as nádegas na direção da porta, tanto quanto lhe permitia uma corrente que o amarrava pela cintura [...]. A mãe despejou numa gamela de pedra o conteúdo do cesto, uma mistura de todos os restos de comida de casa, e encheu de água uma outra gamela, depois fechou a porta e fomos em-

bora” (GRAMSCI, 2005b, p. 297). Gramsci sabe dessa dor porque a sentiu por ser uma pessoa com deficiência, e deixou marcas nos seus escritos.

Finalizo com o cantor de rap Emicida: “Por fim, permita que eu fale, e não as minhas cicatrizes. Achar que essas mazelas me definem é o pior dos crimes, é dar o troféu pro nosso algoz e fazer nóiz sumir” (AmarElo).



O anti-x, sendo x = exploração, discriminação e preconceito

Para quem se recorda das aulas de matemática, vai se lembrar de decomposição de polinômios. Ao dar título a esse pequeno texto, em face dos fatos atuais em um contexto recente, me lembrei das lutas que estamos travando contra o conservadorismo, contra a perda de direitos e pela afirmação das “identidades minoritárias”.

Em outro post, escrevi sobre a necessidade de unificarmos as lutas por uma luta coletiva. Lutar pelo antirracismo é importante, pelo antipacitismo é importante, pelo antimachismo e antissexismo é importante, pela anti-homofobia é importante, entre outras. Todas essas lutas são importantes, mas precisamos chegar no fundamental. Para mim, o fundamental é a luta contra a discriminação, o preconceito e a exploração. Não podemos ficar somente na defensiva, no “contra”, porque quem faz a pergunta determina a resposta (DIAS, 2012).

Assim, temos que ter, utilizando a expressão cunhada por Saviani (1998), a “resistência ativa”, ou seja, que seja coletiva e propositiva. Junto com Saviani, trago Gramsci, que lutou pelo antifascismo, no anti-idealismo (Croce) e no antideterminismo (Stalin). Gramsci não ficou somente na defensiva e, mesmo preso no cárcere fascista, refletiu sobre sua realidade, trazendo possibilidades e alternativas. Uma delas foi o desenvolvimento da proposta iniciada por Lênin de “frente única”, unificando a luta entre operários, camponeses, socialistas, comunistas, “progressistas”, contra o fascismo.

Assim, precisamos unificar as lutas contra o que nos oprime e, nesse caso, vejo que uma pauta mínima seria a luta contra a discriminação, o preconceito e a exploração. Que esta pauta inicie, de forma propositiva e coletiva, pela categoria de interseccionalidade, na qual o conceito de classe se relacione com raça, com etnia, com deficiência, com gênero,

com orientação sexual. Somos seres integrais por necessidade e constituição, e, para buscar a unificação do gênero humano, penso que temos que começar por unificar as nossas lutas.

Até a próxima provocação.



Beleza, sensualidade e pessoa com deficiência

Ao longo de alguns posts, venho comentando brevemente temas relacionados às pessoas com deficiência que são poucos ou quase nunca falados, constituindo-se, em certos casos, em verdadeiros tabus.

Hoje, pretendo falar um pouco da beleza e sensualidade. Se perguntarmos sobre beleza para as pessoas, no senso comum, dificilmente vão aparecer as pessoas com deficiência. No imaginário popular, as pessoas com deficiência não são belas, não têm “sensualidade”. Ao contrário, são “imperfeitas”, “incapazes”, “gordas” (como se isso também não fosse belo), “sedentárias”. Não é incomum ouvir relatos, ou na minha própria experiência, “ele é interessante, mas pena que usa óculos”, “eu namoraria se não estivesse na cadeira de rodas”.

Mas é importante observar que, hoje, a passos lentos, começam a aparecer pequenas mudanças: roupas específicas para pessoas com deficiência, concurso de moda, mulheres cegas ensinando a fazer maquiagem no YouTube®, acessórios para pessoas com deficiência. Nós, pessoas com deficiência, precisamos sair do nosso casulo e mostrarmos que também somos belos, sensuais, temos desejos, vontades, charme. Aprendi isso quando me reconheci, me identifiquei como pessoa com deficiência, pessoa com baixa visão (isso só aconteceu aos 20 anos de idade). Assim como outros movimentos sociais, vamos contribuir, também, para desconstruir o padrão estabelecido, o padrão normatizador que nos aprisiona. Eu me sinto como evolução da espécie humana, por que não?

Até o próximo post.



Dor e pessoa com deficiência

Duas questões que andam juntas e que são pouco discutidas. A lesão em si e suas consequências ao longo do tempo são reais e precisam ser ditas e estudadas. A pessoa com deficiência não é e não precisa ser forte sempre. Isso também é capacitismo. Na educação, pouco se olha sobre o que algumas pessoas com deficiência fazem para estarem ali (e até para viverem). As dores, por vezes, diárias. E percebo que são julgamentos precipitados, sem olhar a história, a trajetória de vida. Estudar mesmo sentindo dores. Não temos como negar nem esquecer a lesão sob um falso pretexto da autonomia e da independência (como se todas as pessoas fossem independentes). Autonomia, sim, mas com interdependência. Precisamos naturalizar os corpos das pessoas com deficiência, com os seus jeitos: seus olhares, suas marchas, suas formas de pensar e agir, com suas dores; enfim, com seus modos de vida. Somos seres plurais!



Por que não? Sobre desafios, possibilidades, liberdades e pessoas com deficiência

Uma das atitudes capacitistas mais comuns em nossa sociedade é dizer que uma pessoa não pode ou não poderá fazer uma ação, ter uma determinada profissão por causa da deficiência. É o que chamo da “pedagogia do não” ou da “pedagogia do só”. Como gestor da Educação Especial por 10 anos no município de Vila Velha/ES, ouvia bastante entre professores e pedagogos esse tipo de fala. Quando assumi a coordenação do Núcleo de Acessibilidade da Ufes por dois anos, tais atitudes se repetiram, talvez até, com mais crueldade. Perguntas como: “Como um cego pode ser químico?”, “Um cego pode ser médico?”, “Como vou ensinar Engenharia Elétrica para um cego?”, “Um cadeirante não pode trabalhar em obra”. Daí, logo me surgia a seguinte indagação como resposta: “Por que não?”.

Quem foi que disse, quem tem o poder futurólogo sobre a vida de uma pessoa? Marcar a predestinação, ninguém pode fazer isso. O ser humano é criativo e adaptativo. Na verdade, tudo pode. Quem coloca as barreiras é a própria pessoa e/ou o meio/determinações em que vive. Corroborando com essa ideia, digo sempre que o limite é flexível. Falo por mim, pois disseram que não poderia andar de bicicleta, e faço; diziam que não poderia ser professor universitário, e sou.

Valem outros exemplos: o mecânico cego Osvaldo Ribeiro; o professor universitário surdo Daniel Jungueira; o pedreiro cadeirante Ricardo Ramassoti; o físico e professor universitário cego, Eder Camargo; a senadora tetraplégica Mara Gabrili; o estudante concluinte do curso de geografia, Matheus Zatta, com distrofia muscular de Duchenne; o desembargador cego, Ricardo Tadeu da Fonseca; o médico endocrinologista cego, Ricardo Ayello; a Débora Seabra, professora com T21

(Síndrome de Down); a professora de Educação Física, Mariana Reis, com carteira náutica e cadeirante.

Poderia ficar horas e horas, linhas e linhas citando outros casos. Mas, o que mais importa nisso tudo é que cada pessoa com deficiência deve ser e fazer o que ela quer ser ou fazer (e não o que se “escolhe” para ela e por ela). Não devemos superproteger, infantilizar, “pré-destinar”. Em outras palavras: estou falando de desafios, possibilidades e liberdades. A pessoa com deficiência deve viver a sua subjetividade e sua objetividade, em relação com os outros e com a natureza.

Portanto, vamos, a partir de agora, começar a utilizar a “pedagogia do sim”, a “pedagogia do também” (ele pode fazer, também), no máximo a “pedagogia do ainda” (ainda não se pode fazer). E nós, pessoas com deficiência, vamos exercitar a “pedagogia do permita-se”, tema este do próximo post.

Até lá, então.



Permitam-se! Porque os limites são flexíveis

No último post, trouxe a provocação “por que não?” para tratar sobre os desafios, possibilidades, liberdades das pessoas com deficiência. Naquele post, quis falar para as pessoas que rodeiam as pessoas com deficiência: famílias, professores, cuidadores etc. Como anunciado ao final daqueles textos, hoje quero escrever “com nós” e “desde de nós”, pessoas deficiência: permitam-se!

Durante algum tempo da minha vida, a deficiência, apesar de existir organicamente desde o meu nascimento, passou longe de mim como reconhecimento. Essa condição teve um lado positivo, ou seja, quase nunca me colocaram na condição de pessoas “limitadas” (infelizmente, condição em que muitas pessoas com deficiência são colocadas). Assim, pude aprender a andar de bicicleta, jogar bola com os videntes, brincar de pique-esconde e outros piques de criança. Fazer o que qualquer criança deveria ser e fazer. Mas algumas pessoas me disseram que não poderia fazer umas atividades como empinar uma pipa, jogar peão, por exemplo. E, assim, me acomodei nessas questões. Mas, sempre inquieto, me questionava: por que eles podem e eu não, se eu faço tantas outras atividades?

Quando me reconheci com deficiência, aos 20 anos, já na universidade, percebi que uma mudança molecular havia acontecido em mim. Eu já não sentia medo de mais nada. Deixa eu ser claro: o limite existe, sim! Mas nós, pessoas com deficiência, de acordo com as nossas relações sociais e a nossa vontade, podemos flexibilizá-lo. “Sim, nós podemos”. Essa foi a grande descoberta da minha juventude. Nós podemos ser o que quisermos ser (ponto final). Nós podemos fazer o que quisermos fazer (ponto final).

Os não aparecem e vão continuar aparecendo em nossas vidas, e das mais variadas formas: com má fé ou toque de amor protetivo. Porém,

nossa vontade pode e deve ir além. Temos que nos desafiar, pois isso é essencial para a existência e sobrevivência humana. Permitam-se! Não deixem que os outros digam o que podemos ser ou fazer. Vamos alargar nossas experiências e vivências. Eu mesmo não vejo a hora de saltar de asa-delta, de correr uma maratona, de descer de rapel. Quem disse que eu não posso? “Vamos viver tudo que há pra viver. Vamos nos permitir” (Lulu Santos). Portanto, colegas com deficiência, qual(is) será/serão o(s) seu(s) próximo(s) desafio(s), sua(s) próxima(s) aventura(s), seu(s) próximo(s) medo(s) a ser/serem quebrado(s)? Complete a frase: “Eu não vejo a hora de...”.

Até a próxima provocação.



O COVID-19 e a pessoa com deficiência¹

Neste momento em que vivemos uma crise global de saúde pública motivada pela pandemia do COVID-19, é fundamental ter em mente que há outros grupos de risco que merecem tanta atenção quanto os idosos, as gestantes ou os profissionais de saúde. Falo das pessoas com deficiência (PCDs), que cotidianamente vivem em condições de vulnerabilidade.

Na terça-feira, 17/03, a ONU publicou um alerta mundial sobre o abandono e o risco de contaminação desse grupo. Por conta da pandemia, muitos não podem contar com cuidadores, têm dificuldade para se deslocar e até para realizar atividades simples como se alimentar ou se vestir.

Em entrevista, a relatora da Organização para os Direitos das Pessoas com Deficiência, Catalina Devandas, alertou que pouco foi feito para orientar, apoiar e proteger essas pessoas durante a pandemia. “As pessoas com deficiência sentem que foram deixadas para trás. Medidas de contenção como distanciamento social e isolamento podem não ser possíveis para quem precisa de apoio para comer, se vestir ou tomar banho”.

Se olharmos apenas clinicamente, ter alguma deficiência não significa necessariamente maior vulnerabilidade ao COVID-19. Segundo o Ministério da Família, é possível enquadrar em um grupo de risco a pessoa que tiver restrições respiratórias, dificuldades nos cuidados pessoais ou condições autoimunes, por exemplo. No entanto, é preciso ampliar o espectro de avaliação ao discutir o lugar biopsicossocial das pessoas com deficiência, inserindo-as entre os grupos de risco e considerando a fala de Catalina Devandas.

1. Artigo com modificações, originalmente publicado no jornal A Tribuna (ES) no dia 16 de abril de 2020 (Coluna: Tribuna Livre).

Além disso, é fundamental que governos garantam o pagamento de um valor emergencial a famílias de baixa renda que têm como membro uma pessoa com deficiência, considerando a dificuldade de ambas de inserção no mercado de trabalho. Ainda, se possível, é muito importante que empresas permitam que as PCDs trabalhem em *home office*, com isenção de impostos, já que os custos para sobrevivência aumentam.

Campanhas, entrevistas e pronunciamentos com orientações governamentais à população devem ser acessíveis, com intérpretes de Libras, descrição de imagens e ampliação e contraste na produção de folheteria. Igualmente, é fundamental considerar questões como: 1) deficientes físicos devem limpar com frequência o aro de impulsão das cadeiras de rodas, o Joystick, as órteses e próteses e as bengalas, muletas e andadores; 2) deficientes visuais devem lavar as mãos ao tocar em mapas táteis, corrimãos, maçanetas e na bengala longa. E, quando ajudadas, devem tocar o ombro do ajudante, não o cotovelo; 3) pessoas com deficiência intelectual devem receber ajuda para compreender recomendações e para atividades de higiene pessoal.

A situação exige solidariedade. As pessoas com deficiência não podem continuar esquecidas e invisíveis. É possível criar grupos de ajuda para fazer compras, auxiliar no deslocamento às terapias e nos cuidados de higiene. Além disso, pode-se criar, nas redes sociais, canais que tornem mais tranquilo o isolamento social dessas pessoas, criando, nessas redes, grupos que as incentivem a falar sobre o que estão vivendo e sentindo.

Estamos falando de respeito. Não de “jeitinho brasileiro”, voluntariado, ações paliativas ou assistencialismo. Estamos falando de direitos. Direitos iguais para todos. E, acima de tudo, da principal orientação: **Ficar em casa.**



Trabalho e as pessoas com deficiência

O trabalho, segundo Marx, é ação humana, é sua libertação. O ser humano aprende e trabalha para satisfazer suas necessidades materiais e subjetivas. Porém, como é sabido, na sociabilidade capitalista, o trabalho aliena, separa o trabalhador dos bens que produz (um celular, por exemplo), o trabalho divide as pessoas em classes por meio da divisão social do trabalho, colocando de um lado o trabalho intelectual e do outro o trabalho manual. Assim, vivemos em uma sociedade excludente, hierarquizada, opressora e discriminatória.

Quando falo de trabalho e pessoas com deficiência, não tem como não levar essa condição determinante em consideração. Nesse sentido, longo me lembro do título do livro “Deficiência e trabalho: a luta pelo direito de ser explorado”, do escritor Ênio Rodrigues da Rosa, que vive a condição de cegueira.

Lutamos para sobreviver, para viver para trabalhar, para ser explorado. Nessas condições, vivemos, ainda, o capacitismo, quando ouço relatos de empresas que preferem pagar a multa do que contratar pessoas com deficiência, ou quando uma empresa hierarquiza as condições de deficiência e contrata aquele que “dará menos trabalho” ou “precisará de menos requisitos de acessibilidade” e por aí vai...

Do outro lado, devemos tomar cuidado para que não superestime-mos o desempenho das pessoas com deficiência, criando mitos que acabam acentuando as diferenças e criam uma idealização e formas de preconceito. Sobre esse mito do herói, não podemos cair na cilada perigosa de afirmações como “eles produzem muito mais do que os outros”, “eles trabalham muito mais e com mais qualidade”, “vestem mais a camisa” etc. Essas falas desconsideram a singularidade de cada pessoa, classificando uma população a partir de uma característica muito

variável, a deficiência, ignorando, dessa forma, o histórico de vida e traços de personalidade.

Falas de um lado e de outro buscam, no fundo, amenizar as inegáveis barreiras sociais e culturais que forjam todo um processo de exclusão, por meio do mito do herói, que reforça o mito do “coitadinho”.

Lutar pelo trabalho para as pessoas com deficiência é lutar pela conquista de direitos, e não pela construção de “castelos de areia”, que iludem e encantam a princípio, mas que, na verdade, estamos perpetuando/reforçando o capacitismo estrutural de nossa sociedade.

Até a próxima provocação.



O capacitismo na Educação Especial

De fora, parece contraditório falar de capacitismo na Educação Especial. Como tem sido cada vez mais exposto, capacitismo é a expressão que representa a discriminação e o preconceito contra as pessoas com deficiência, subestimando ou superestimando suas “capacidades”. Mas, quando olhamos na essência, vemos que essa contradição aparente é real. Ela existe porque a Educação Especial, como a própria educação, faz parte da sociedade capacitista. O próprio termo “educação especial”, em si, é capacitista. Porque nós, pessoas com deficiência, somos “especiais”, “guerreiros”, “coitadinhos”. Sonho com um dia em que não precisaremos mais adjetivar, ou seja, é educação e ponto final.

Mas, para além dos termos, a denominação das pedagogias que utilizei em outro post é muito aplicada por profissionais da área “Educação Especial”, a “pedagogia do não pode” e a “pedagogia do só pode”. Isso acontece do professor da escola até o pesquisador da área. Eu mesmo fui vítima várias vezes do capacitismo expresso por colegas meus da área do conhecimento da “Educação Especial”. Por exemplo, em uma ocasião, fui exposto por não conseguir fazer com autonomia a avaliação de trabalhos, justificado pela minha baixa visão. Mas, na verdade, o problema é outro, é da plataforma de submissão e avaliação. Basta ver ao seu redor, e verificar: quantas pessoas com deficiência estão nas universidades (alunos de graduação e pós-graduação, servidores técnicos e professores), nas associações científicas? Quantos chegam à direção e a postos de gestão das mesmas?

Nas escolas, a situação não é muito diferente. Sobre as crianças e os adolescentes com deficiência pesam as determinações de baixas expectativas, superproteção e segregação. Algumas falas: “A criança com deficiência não pode fazer Educação Física” – mas por quê? “Ele não aprende matemática porque tem deficiência visual” – quem disse? No fim, me pergunto porque sempre são as pessoas com deficiência que

“têm dificuldade”, que precisam de professor, de uma quase “babá”. Aí criamos salas de recursos que viram classes especiais. Algumas vezes, os próprios professores da educação segregam, quando retiram as crianças da classe comum (lócus privilegiado de aprendizagem) a todo momento, quando eles mesmos transformam o aluno em seus (sua posse), ou quando, trabalhando com alunos com deficiência visual, o professor se utiliza da matriz visual.

Para finalizar sobre esse tema, não tem nada mais capacitista do que classes e escolas especiais, sejam públicas ou privadas. **Ainda mais forte: não tem nada mais capacitista do que o Decreto nº 10.502.** Por isso, revoga já!

Não precisamos mudar de escola, mas a escola! Acima de tudo, não precisamos mudar de escola, mas investir na escola!

Até a próxima e última da Série Provocações.



Paixão revolucionária subversiva

Nesse “mundo grande, terrível e complicado”, como dizia Gramsci, precisamos, como ele também nos orientava, ter uma paixão/vontade revolucionária para subverter a ordem. Para completar, busco Lênin, ao dizer que “*sem teoria revolucionária, não pode haver movimento revolucionário*”.

Foi imbuído desse espírito que há cerca de um ano comecei escrevendo algumas notas esparsas sobre aquilo que não se fala, que não se conta, que se quer esconder em relação às questões que envolvem as pessoas com deficiência. Desnudar, desnaturalizar (ou noutra sentença, naturalizar) o que as pessoas com deficiência sentem e vivem. Eu, nessa condição, sempre me incomodou sentir, ver ou ouvir realidades vividas por nós, mas isso nunca estava escrito em lugar nenhum.

De forma desinteressada, as notas foram ganhando a cara de post (pequenos textos), mas ganharam organicidade quando li, durante as minhas férias de 2019-2020, dois livros que me marcaram muito, como pessoa com deficiência, pelos seus relatos, pelos autores exporem as suas vidas, por dizerem aquilo que se quer esconder sobre as pessoas com deficiência. Trata-se dos livros “Feliz ano velho”, de Marcelo Robens Paiva, e “Resgatando o passado: deficiência como figura e vida como fundo”, de Lúcia Amaral.

Foi a partir da leitura desses dois livros que decidi escrever uma série que intitulei de “Provocações (ou Provocações)”, com alguns temas programados, mas outros que surgiram “no calor da hora”, de acordo com os acontecimentos. Nem imaginava que esse ano passaríamos por uma pandemia, que eu teria que passar por um implante de marca passo, ou algo que poderia acontecer como o horrendo Decreto nº 10.502 e a aprovação do Fundeb. Pude falar de sexualidade, de capacitismo, do café-com-leite”, os usos da deficiência, e também falar de dor, dos limites esticados, a mitificação e mistificação, das atividades físicas, entre

tantos outros temas que convido, a quem se interesse, a buscar nas postagens. Sei que não esgotei tudo, nem poderia.

A publicação no Facebook® foi proposital, para representar a escrita rápida, simples, sem o enquadramento formal, científico, mas que, de alguma forma, chegasse mais ao povo. Alguns compartilhei para grupos ou meus contatos individuais do WhatsApp®. Com essa vontade/paixão revolucionária subversiva, espero ter contribuído para trazer novas reflexões e ter feito provocações.

Até a próxima série.



Sobre o autor

Douglas Christian Ferrari de Melo

Doutor em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo – Ufes. Mestre em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Ufes. Graduado em História e em Pedagogia. É professor adjunto do Departamento de Educação, Política e Sociedade, do Programa de Pós-graduação de Mestrado Profissional em Educação (PPGMPE/Ufes) e do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE/Ufes).



Copyright © 2021 Encontrografia Editora. Todos os direitos reservados.

É proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem a expressa
autorização dos autores e/ou organizadores.

Desfazer os nós é pensar de outra maneira, questionar os padrões, desafiar a verticalização, rebelar-se diante das injustiças e desigualdades, é permitir-se pensar livre, experimentar a horizontalidade em coletivos e compartilhar o fazer diferente. Desfazer os nós é romper com o silenciamento, escutar a voz dos excluídos, denunciar a história que nos foi imposta, reescrevendo-a a partir de nossas lutas.

A presente obra é um convite coletivo e, ao mesmo tempo, um anúncio da urgência de nos desfazermos de nossos velhos nós, que são capacitistas, racistas, misóginos, homofóbicos... Nessa ruptura, inauguramos singulares experiências que nos levam a outros nós, que, ao contrário de nos aprisionar e nos isolar, nos unem no entrelaçar de sermos coletivamente livres.

Prof. Dr. Décio Nascimento Guimarães

Doutor em Cognição e Linguagem (UENF)

Professor do Instituto Federal Fluminense (IFF)



encontrografia

encontrografia.com

www.facebook.com/Encontrografia-Editora

www.instagram.com/encontrografiaeditora

www.twitter.com/encontrografia